



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**WILSON DE SOUZA RIBEIRO JUNIOR**

**FELICIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O SENTIR, O PENSAR E O AGIR**

**FORTALEZA**

**2013**

WILSON DE SOUZA RIBEIRO JUNIOR

FELICIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O SENTIR, O PENSAR E O AGIR

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Desenho das Políticas Públicas de Caráter Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- R372f      Ribeiro Junior, Wilson de Souza.  
            Felicidade e políticas públicas : o sentir, o pensar e o agir / Wilson de Souza Ribeiro Junior. –  
            2013.  
            90 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-  
            Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2013.  
            Área de Concentração: Desenho das políticas públicas de caráter social.  
            Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.
- 1.Felicidade – Aspectos políticos. 2.Felicidade – Aspectos sociais. 3.Desenvolvimento econômico.  
            4.Política pública – Avaliação. 5.Política social. I. Título.

WILSON DE SOUZA RIBEIRO JUNIOR

FELICIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O SENTIR, O PENSAR E O AGIR

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Desenho das Políticas Públicas de Caráter Social.

Apresentada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Fernando de Souza Coelho  
Universidade de São Paulo (USP)

A Deus.

Aos meus Antepassados.

A minha família e amigos.

Aos que buscam tornar o mundo mais feliz.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família, cujas conquistas e obstáculos são realizadas de mãos dadas. Assim, esta dissertação foi escrita a oito mãos. Junto as minhas, estavam as de Silvia Helena, Willian e Wellington.

Ao Prof. Maurício Holanda, meu mestre nesta passagem em terras alencarinhas, que me ensinou e mostrou a viver como disse o poeta: “Não sabendo que era impossível, foi lá e fez”.

Agradeço profundamente a coragem, compreensão e paciência do meu orientador, Prof. Carlos Américo, que aceitou o desafio de me guiar em um mundo tão inexplorado na área das políticas públicas. Estendo aos demais professores do mestrado minha gratidão pelo aprendizado nestes anos.

Aos membros da banca. Ao Prof. Eduardo Girão, cuja paixão pela formação de nossa nação inspira a todos os alunos que passam por suas aulas. E ao Prof. Fernando Coelho, que acompanha minha caminhada desde o início da graduação, e que me honra a presença de um profissional tão dedicado ao fortalecimento do Campo de Públicas em todo o país.

Aos colegas de mestrado, que me acolheram em minha chegada ao Ceará. E que mantiveram o mesmo calor da amizade desde então.

Aos amigos que me apoiaram ao longo deste percurso, Carolina Bertolucci, David Bezirgianian, Daniel Lavor, Isabel Dalla Barba e Paula Saraiva.

Aos que me trouxeram inspiração: Flávio Mesquita, por sua sabedoria e visão de inteireza sistêmica; Susan Andrews, por me apresentar a “ciência da felicidade” através de uma imersão tão marcante; Eduardo Gianetti, pelo diálogo filosófico sobre a felicidade que transformou totalmente meu pensar; e Edgard Gouvêia, por brincar de mostrar ao mundo a abundância onde só se vê escassez.

Vou te contar

Os olhos já não podem ver

Coisas que só o coração pode entender

Fundamental é mesmo o amor

É impossível ser feliz sozinho

(Trecho da música Wave, de Antônio Carlos  
Brasileiro de Almeida Jobim)

Mudei-me da casa dos eruditos e bati a porta  
ao sair. Por muito tempo a minha alma  
assentou-se faminta à sua mesa. Não sou  
como eles, treinados a buscar o  
conhecimento como especialistas em rachar  
fios de cabelo ao meio. Amo a liberdade. Amo  
o ar sobre a terra fresca. É melhor dormir em  
meio às vacas que em meio às suas etiquetas  
e respeitabilidades.

(Nietzsche, A Gaia Ciência)

## RESUMO

A felicidade sempre foi discutida pela filosofia ao longo da história da humanidade, influenciando a forma de viver e organizar as mais diferentes sociedades. Nos últimos anos, o estudo acadêmico sobre o tema vem crescendo exponencialmente nas mais diversas áreas do saber. De tal modo que, o objetivo principal desta pesquisa é levantar, caracterizar e analisar a produção específica sobre felicidade e políticas públicas. Para tal fim, realiza-se uma pesquisa bibliográfica sobre felicidade/bem-estar subjetivo e políticas públicas, a partir de obras indexadas em bases de dados nacionais e internacionais e outros métodos complementares, permitindo assim identificar as principais obras e pesquisadores. Analisa-se então tal literatura a partir da perspectiva do pensamento sistêmico e do referencial teórico selecionado, a fim de gerar uma visão holística do conceito de felicidade: o sentir, o pensar e o agir. O resultado é um mapeamento atualizado e crítico deste campo de estudo ao caracterizar a produção acadêmica existente nas dimensões epistemológica, ontológica e metodológica. Constatou-se que o tema da felicidade nas políticas públicas acompanha o recente crescimento exponencial do estudo sobre felicidade, representando, contudo, uma pequena parcela deste universo. Predomina-se os autores e centros de pesquisa de origem anglo-saxã e a economia como principal área do conhecimento. A interdisciplinaridade é a marca das obras analisadas, alinhando-se, em ordem de impacto, a economia, a psicologia, a filosofia e a sociologia. As experiências ainda são escassas e inconsistentes de sistematização, em sua maioria. Apesar disso, considera-se que a literatura e as experiências práticas desenvolvem-se a passos largos e com credibilidade científica suficiente para agregar elementos a uma perspectiva mais ética e abrangente de desenvolvimento e de avaliação de políticas públicas.

Palavras-chave: Felicidade. Desenvolvimento. Pensamento sistêmico. Avaliação de políticas públicas.

## **ABSTRACT**

Happiness has been always discussed in philosophy throughout the history of humankind, influencing the way we live and organize the most different societies. In recent years, the academic study on the subject has grown exponentially in the most diverse areas of knowledge. Such that the main objective of this research is to raise, characterize and analyze the specific production on happiness and public policy. For this purpose, we make a research over literature on happiness/subjective well-being and public policy, from articles indexed in databases of national and international data and other complementary methods, allowing to identify the major works and researchers. Then such literature is analyzed from the perspective of systems thinking and the selected theoretical framework in order to generate a holistic view of the concept of happiness: Seeing, Knowing and Doing. The result is an updated and critical mapping of the study of this field by characterizing the existing academic literature on the epistemological, ontological and methodological dimensions. It was found that the subject happiness in the public policies is accompanying the recent exponential growth of happiness studies, representing, nevertheless, a small portion of this universe. Predominate the anglo-saxon authors and research centers and the economy as the main area of knowledge. The interdisciplinary approach is the hallmark of the analyzed works, aligning to them, in order of impact, economics, psychology, philosophy and sociology. Experiments are mostly still rare and inconsistent systematized. Nevertheless, it is considered that literature and the practical experiences have a fast development with enough elements to a more ethical and comprehensive overview of development and evaluation of public policies.

Keyword: Happiness. Development. Systems thinking. Public policy evaluation

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Recomendações da Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (2009) .....	26
Quadro 2 – As 8 dimensões-chaves do bem-estar segundo a Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (2009, p.14) .....	27
Diagrama 1 - Relação entre política e administração no contexto da governança contemporânea .....	35
Diagrama 2 - Relação entre política e administração: autonomia inserida e regulada ..	36
Quadro 3 – Componentes do Bem-estar Subjetivo .....	44
Quadro 4 - Aspectos e dimensões do Sentir, do Pensar e do Agir .....	52
Quadro 5 - Domínios do conhecimento, experiência e aprendizado humano: uma tentativa de lista de descritores .....	52
Quadro 6 - Mudanças nos três domínios associados ao sistema sistêmico .....	54
Diagrama 3 - Combinando o modelo de níveis de aprendizagem com o sistema sistêmico.....	54
Quadro 7 – Classificação dos periódicos mais produtivos por pesquisa .....	65
Quadro 8 – Classificação das obras mais citadas em ordem crescente .....	66
Quadro 9 – Classificação dos pesquisadores mais citados em ordem crescente .....	67
Quadro 10 – Classificação dos pesquisadores mais produtivos em ordem crescente e por pesquisa .....	68
Diagrama 4 – Conceitos de Felicidade .....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média de Renda e Felicidade nos EUA (1957 a 2002) .....	45
Gráfico 2 – Tamanho do Estado de Bem-estar social e média de satisfação com a vida em 32 países em 1990 .....	47
Gráfico 3 – Crescimento/diminuição do Estado de Bem-estar social e o aumento/queda da média de satisfação com a vida em 31 países entre 1980 e 1990 .....	48
Gráfico 4 – Número de publicações por período de tempo (busca: “happiness”) .....	60
Gráfico 5 – Número de publicações por período de tempo (busca: “happiness” AND “public policy”) .....	60
Gráfico 6 – Número de publicações por período de tempo (busca: “subjective well-being” AND “public policy”) .....	60
Gráfico 7 – Número de publicações por tópico (busca: “happiness”) .....	61
Gráfico 8 – Número de publicações por tópico (busca: “happiness” AND “public policy”).....	61
Gráfico 9 – Número de publicações por tópico (busca: “subjective well-being” AND “public policy”) .....	62
Gráfico 10 – Número de publicações por tipo de pesquisa (busca: “happiness”) .....	62
Gráfico 11 – Número de publicações por tipo de pesquisa (busca: “happiness” AND “public policy”) .....	63
Gráfico 12 – Número de publicações por tipo de pesquisa (busca: “subjective well-being” AND “public policy”) .....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Efeito dos sete grandes fatores-chave da felicidade .....	49
Tabela 2 – Informações gerais da pesquisa bibliométrica .....	59
Tabela 3 – Número de publicações por idioma e pesquisa .....	64

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 Histórico da Pesquisa .....	12
1.2 Tema e Contextualização .....	13
1.3 Justificativa .....	16
1.4 Objetivos .....	17
1.5 Estrutura da Pesquisa .....	18
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
2.1 Uma Abordagem Sistêmica de Desenvolvimento e Políticas Públicas .....	20
2.1.1 <i>Abordagem Sistêmica de Desenvolvimento</i> .....	20
2.1.2 <i>Abordagem Sistêmica de Políticas Públicas</i> .....	29
2.2 Uma Discussão Interdisciplinar sobre Felicidade .....	38
2.2.1 <i>Do Ponto de Vista da Filosofia</i> .....	38
2.2.2 <i>Do Ponto de Vista da Psicologia e da Economia</i> .....	43
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>51</b>
3.1 Natureza do Estudo .....	51
3.2 Métodos .....	54
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO</b> .....	<b>58</b>
4.1 Felicidade e Políticas Públicas no Mundo Acadêmico .....	58
4.2 Felicidade e Políticas Públicas à Luz do Modelo Triádico de Paradigma e Experiência e do Referencial Teórico .....	68
4.2.1 <i>Os Pioneiros</i> .....	69
4.2.2 <i>Economistas da Felicidade</i> .....	73
4.2.3 <i>Felicidade na Prática das Políticas Públicas</i> .....	76
4.2.4 <i>Análise Comparativa</i> .....	79
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Technology is the answer! But what is the question?” (botão ecológico dos anos 1970)

### 1.1 Histórico da Pesquisa

**Vasto como o oceano, mas profundo como um pires.** Esta foi a definição de um colega sobre nossa graduação em Gestão de Políticas Públicas na Universidade de

São Paulo, um curso multidisciplinar - ciência política, economia, administração e direito – em um campus de forte formação humanística, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades-EACH/USP. Com o mesmo nível de vastidão e profundidade, minhas experiências de estágios foram relacionadas aos mais diversos temas da política social (geração de trabalho e renda, assistência social, política urbana, direitos humanos e educação) e nas mais diversas instituições (prefeituras de todos os portes, governo estadual, ONG e consultoria). Além da vivência em projetos de extensão universitária, participação em eventos de controle e participação popular e de ação voluntária em comunidades.

Depois da graduação em 2010, fui contratado para trabalhar na assessoria do gabinete da Secretaria de Educação do Ceará, na qual estou há três anos. Minha principal atividade é o aperfeiçoamento do desenho dos programas educacionais existentes, a fim de torná-los mais alinhados e coesos conceitual e metodologicamente entre si. Dentre estes programas, três chamaram muito minha atenção: Geração da Paz, Professor Diretor de Turma e Aprendizagem Cooperativa. O primeiro busca promover a cultura de paz nas escolas através da ressignificação dos demais programas educacionais e da criação de uma rede de sujeitos e instituições. O segundo tem por objetivo a desmassificação da relação ensino-aprendizagem por meio da escolha de um professor como “diretor da turma”, cujo desenvolvimento das ações pedagógicas e de gestão de sala de aula é direcionado ao bem-estar subjetivo dos alunos e da promoção de práticas de cidadania e fortalecimento dos laços com a comunidade escolar. O intuito

do último programa é a formação e disseminação de *células de aprendizagem cooperativa*, prática pedagógica criada e mantida pelos próprios alunos para o estudo coletivo, cujo resultado é o desenvolvimento de relações sociais intersubjetivas através do fortalecimento de valores como a cooperação e o protagonismo.

De tal modo que, minhas experiências acadêmicas e profissionais sempre me levaram a refletir sobre as consequências da evolução do conhecimento dividido em especialidades, a chamada *hiperespecialização*, e o predomínio de uma racionalidade reducionista, que subvaloriza a subjetividade em detrimento da objetividade. Ou seja, não havia reflexões e práticas nas quais o sentir, o pensar e o agir se encontravam.

No fim de 2012, conheci a experiência do projeto Felicidade Interna Bruta (FIB) no Brasil, que me instigou a pesquisar sobre o tema. Mesmo com as indagações citadas acima, tinha ainda certa desconfiança a respeito da qualidade científica de tal literatura e práticas (acredito hoje que tal receio seja, em parte, fruto da forte influência do que estudei e vivenciei em minha vida acadêmica até o momento). Para minha surpresa, encontrei cientistas de renome internacional, inclusive alguns ganhadores do Prêmio Nobel, centros de pesquisas em importantes universidades, relatórios nacionais e globais sobre o nível de felicidade e experiências de políticas públicas orientadas para o tema.

Os estudos e práticas sobre felicidade e políticas públicas são recentes, tanto que não encontrou-se nenhum trabalho científico estruturado sobre a produção acadêmica e as práticas sobre felicidade e políticas públicas. Ao iniciar a busca e a leitura das publicações científicas, não se identificou claramente a importância de cada pesquisador e obra para o estudo do tema, além da origem de suas influências éticas, ideológicas, teóricas e metodológicas. Vendo a oportunidade que esta lacuna acadêmica apresentava para uma original e profícua pesquisa de mestrado em avaliação de políticas públicas, o presente trabalho busca tratar de tal desafio.

## **1.2 Tema e Contextualização**

O pensamento cartesiano, um dos precursores e mais impactantes da Revolução Científica do século XVII, deixou como herança uma divisão entre a consciência (*res cogitans*) e a matéria (*res extensa*) que foi potencializada, e talvez até

mesmo distorcida, pela ciência nos séculos seguintes e incorporada na essência da sociedade moderna. Este pressuposto do pensamento cartesiano ajudou a tornar temas subjetivos, como a felicidade, de baixo ou nenhum valor científico e, conseqüentemente, minimizados ou descartados pelo Estado, em sua estrutura e em suas ações.

Dentre as regras do método cartesiano (DESCARTES, 1996), a análise deve ser feita dividindo-se o objeto estudado ao máximo, ou seja, tratá-los em suas unidades mais simples, para somente em seguida buscar a síntese através da reagrupação das unidades estudadas em um todo verdadeiro. Contudo, trabalha-se nesta pesquisa com a teoria de que esta regra cartesiana causou no mundo atual uma *hiperespecialização do conhecimento* e assim a perda da compreensão do todo, como previa Descartes. No Estado, este reflexo é visto na separação da resolução dos problemas sociais em, o que chama-se aqui, "setores-espelhos" das ciências. Por exemplo: a saúde, estudada pela Medicina é departamentalizada em uma secretaria da saúde, a arquitetura/urbanismo em uma secretaria de habitação ou planejamento urbano e a pedagogia em uma secretaria de educação. Seguindo o pensamento cartesiano, a divisão das políticas públicas em setores ajudaria a compreender melhor os problemas sociais, pois seriam divididos em unidades mais simples. Defende-se nesta pesquisa que os cidadãos que buscam a resolução de seus problemas por meio de setores específicos de serviços públicos não conseguem alcançar o bem-estar material e subjetivo esperado pelos políticos, gestores públicos e burocratas e desejado pelo cidadão-usuário. Ou seja, a síntese das unidades para a compreensão do todo verdadeiro, pregado por Descartes, não consegue ser alcançada com o atual modelo de condução do Estado e das políticas públicas.

O Estado não está conseguindo resolver as demandas da população através de políticas mais estruturantes, nem mesmo por ações mais pontuais. Parte da resposta desta incapacidade da setorialização das políticas públicas de apreender e resolver os problemas da *prática social*, termo empregado aqui para a realidade da dinâmica dos problemas cotidianos ("a vida como ela é"), que perpassa transversalmente a compartimentalização do conhecimento científico e das secretarias. A prática social e a sensação de felicidade não respeitam as fronteiras estabelecidas pelas ciências ou pelas instituições.

Sob o prisma que o objetivo do Estado é o desenvolvimento de uma nação, deve-se levar em consideração o bem-estar físico, material e subjetivo e que as políticas públicas devem ser desenhadas para o cumprimento deste fim. Entretanto, é notório que a condução dos governos, arraigados em um sistema econômico capitalista neoliberal, ocorre, quase que exclusivamente, a partir do paradigma de desenvolvimento de uma nação como sinônimo de desenvolvimento econômico. Os indicadores que orientaram as políticas públicas, mesmo as sociais, são os relacionados ao desempenho econômico, liderados pelo Produto Interno Bruto (PIB). E os indicadores que mensuram o desenvolvimento social e humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Gini, ainda não possuem o mesmo impacto político e capacidade de leitura ampla da realidade e dos anseios sociais. Ou seja, as políticas públicas não são orientadas para o bem-estar material e subjetivo do ser humano em uma perspectiva integral e sua governança não abarca conceitos e técnicas de gestão de políticas públicas capazes de analisar multidimensionalmente os anseios da sociedade contemporânea, caracterizada pela complexidade e dinamicidade.

A partir do pressuposto estabelecido no preâmbulo de nossa Constituição Federal de que o Estado Democrático é a forma de organização social que visa garantir, dentre outras coisas, o desenvolvimento e o bem-estar como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos não seria incoerente conceitualmente utilizarmos a felicidade como um elemento norteador das políticas públicas. De acordo com a pesquisa do psicólogo norte-americano Ed Diener (DIENER, 2000 apud LYUBOMIRSKY, 2008), a felicidade é a resposta dada que lidera a lista em quase todos os países, seja para americanos, gregos e eslovenos ou sul-coreanos e argentinos, quando se pergunta o que mais querem em suas vidas. E esta não é a única pesquisa sobre o assunto que divulga resultados semelhantes.

Richard Layard (2008) observa que a economia atua com o paradigma de que as mudanças na felicidade são idênticas às mudanças no poder aquisitivo e que esta visão está sendo refutada pela história nos últimos cinquenta anos. De tal modo que, os estudos científicos sobre felicidade vêm sendo baseados em evidências de uma perspectiva multidisciplinar (psicologia, economia, neurociência, sociologia, filosofia,

dentre outras), e não em verdades pré-estabelecidas. Sendo possível, assim, influenciar visões alternativas de estilo de vida e de políticas públicas.

As pesquisas sobre o tema encontram-se no início de um período muito estimulante, com o desenvolvimento de ferramentas que mensuram o bem-estar subjetivo, assim como seus fatores contribuintes, nos diferentes níveis: nacional, regional e local. Um dos objetivos é tornar possível mobilizar a capacidade das comunidades de apontar novas orientações para o desenvolvimento.

Visto os pontos expostos acima, vislumbra-se um profícuo caminho de pesquisa científica para a análise conceitual do uso da felicidade nas políticas públicas, em geral, e em sua avaliação, de forma específica, a partir do desenvolvimento acadêmico do tema. Sendo escolhida especificamente para esta pesquisa a perspectiva do pensamento sistêmico como principal referencial analítico.

A literatura sobre felicidade e bem-estar, apesar de sua recente expansão, como colocado anteriormente, desenvolve-se em inúmeras áreas do conhecimento. De tal forma que nem toda pesquisa relacionada ao tema pode ser aproveitada de forma direta para o estudo da felicidade nas políticas públicas.

Assim, a questão a ser elucidada no decurso desta pesquisa é como a produção bibliográfica sobre felicidade e políticas públicas aproxima-se da perspectiva de avaliação de políticas públicas baseada em uma visão mais ética e sistêmica, a partir das dimensões epistemológicas (o sentir), ontológicas (o pensar) e metodológicas (o fazer) (STERLING, 2003).

### **1.3 Justificativa**

Como visto no tópico Tema e Contextualização, as mudanças no contexto social, econômico e político do mundo contemporâneo vêm exigindo novas respostas em substituição aos velhos paradigmas que regem a orientação dos governos, da sociedade civil e do mercado, sendo esta a principal justificativa social desta pesquisa.

Ao redor do mundo trabalhos acadêmicos são desenvolvidos e políticas públicas implementadas tendo como referência a felicidade. Tal fenômeno é recente, por isso, caracterizar o estado-da-arte relativo ao tema é fundamental, valendo salientar que

a produção atual possui volume e credibilidade acadêmica necessário para a realização da metodologia escolhida, a pesquisa bibliográfica. No âmbito brasileiro, esta pesquisa pode ser caracterizada como pioneira e ajudará a fornecer uma espécie de panorama acerca das publicações na área, recurso importante para os que desejam desenvolver pesquisas ou ações relacionadas ao tema. De tal modo que, o recorte pesquisado pode contribuir cientificamente para a área da avaliação de políticas públicas.

Outro ponto fundamental que justifica esta pesquisa, tanto academicamente quanto para a prática da gestão pública, é analisar este tema sob a perspectiva do pensamento sistêmico, sem a qual, a partir do pressuposto adotado, a felicidade perde parte de sua força e potencial epistemológico, ontológico e pragmático.

A formação em Gestão de Políticas Públicas e Avaliação de Políticas Públicas, a experiência profissional voltada para áreas que possuem em sua essência elementos como a multidisciplinaridade/intersectorialidade, a promoção das capacidades cognitivas e subjetivas do ser humano (desenvolvimento integral) e da autonomia dos sujeitos através da participação na esfera pública, torna compatível o assunto tratado nesta pesquisa com as qualificações pessoais, em termos de arcabouço teórico.

#### 1.4 Objetivos

Desta forma, visto que o crescimento expressivo do tema é recente e não existindo pesquisas sobre o estado da arte, o objetivo principal da pesquisa é **levantar, caracterizar e analisar a produção sobre felicidade e políticas públicas a partir da perspectiva do pensamento sistêmico**, disponibilizando, assim, um mapeamento atualizado e crítico deste campo de estudo permitindo um profícuo encadeamento de diagnósticos.

Os objetivos específicos são:

a) realizar uma pesquisa bibliográfica sobre felicidade/bem-estar subjetivo e políticas públicas a partir de obras indexadas em bases de dados nacionais e internacionais e outros métodos complementares, permitindo assim identificar as principais obras e pesquisadores;

b) caracterizar a produção acadêmica sobre felicidade/bem-estar subjetivo e políticas públicas por meio do tratamento das informações relevantes;

c) analisar a produção acadêmica sobre felicidade/bem-estar subjetivo e políticas públicas a partir da perspectiva do pensamento sistêmico e do referencial teórico selecionado;

d) refletir, a partir da produção acadêmica sobre felicidade/bem-estar subjetivo e políticas públicas, o potencial e os limites do conceito da felicidade/bem-estar na gestão e avaliação de políticas públicas.

## 1.5 Estrutura da Pesquisa

Na **Introdução**, apresenta-se as principais etapas para a construção deste trabalho acadêmico. Inicia-se com o tópico *Histórico da Pesquisa*, que traça um sintético panorama da escolha do tema e objeto de pesquisa e sua relação com o pesquisador. Em *Tema e Contextualização*, o intuito é expor sucintamente a argumentação sobre o interesse e importância do tema e do objeto de pesquisa, iniciado no tópico anterior. Na *Justificativa*, depara-se com os argumentos balizadores da escolha do tema, do objeto e do recorte do presente trabalho, de forma a mostrar sua relevância no contexto atual da pesquisa e gestão de políticas públicas. Os *Objetivos* são então detalhados, servindo de norteador para a elaboração de toda a pesquisa. No presente tópico é apresentada a *Estrutura da Pesquisa*, ou seja, a organização dos capítulos desenhada para o desenvolvimento rigoroso de uma pesquisa científica.

O capítulo **Referencial Teórico** tem por objetivo apresentar e discutir o referencial teórico selecionado para subsidiar a discussão e análise do levantamento e caracterização da produção acadêmica. Na primeira parte *Uma Abordagem Sistêmica de Desenvolvimento e Políticas Públicas* são debatidas a *Abordagem Sistêmica de Desenvolvimento*, buscando uma visão na qual o desenvolvimento é tratado para além do crescimento econômico - englobando temas como ética, democracia, meio ambiente e o bem-estar na civilização -, e a *Abordagem Sistêmica de Políticas Públicas*, enquanto uma ação multicêntrica para a resolução de um problema público. A segunda parte, denominada *Uma Discussão Interdisciplinar sobre Felicidade*, expõe os principais

conceitos, autores e debates a respeito do tema felicidade abordando diferentes perspectivas ideológicas e áreas do conhecimento. Para facilitar a condução das ideias divide-se em duas partes o subcapítulo, um tópico explicita o tema *Do Ponto de Vista da Filosofia*, a segunda apresenta a felicidade *Do Ponto de Vista da Psicologia e da Economia*.

A seguir, o terceiro capítulo *Metodologia* elucida a *Natureza do Estudo*, ao fundamentar a teoria do modelo triádico de paradigma e experiência e descrever a elaboração de um quadro analítico, opção escolhida pela pesquisa para análise e discussão sistêmica da produção acadêmica levantada. Depois são detalhados em *Métodos* os elementos da pesquisa bibliográfica utilizados para a realização deste trabalho.

Em *Análise e Discussão*, são expostos os resultados da pesquisa bibliográfica sobre felicidade/bem-estar subjetivo e políticas públicas a partir das bases de dados e do referencial teórico. No subcapítulo *Felicidade e Políticas Públicas no Mundo Acadêmico*, as principais obras e pesquisadores são caracterizados por meio do tratamento das informações relevantes. Posteriormente, em *Felicidade e Políticas Públicas à Luz do Referencial Teórico e do Modelo Triádico de Paradigma e Experiência* são apreciados a partir do quadro analítico baseado modelo triádico de paradigma e experiência escolhido e detalhado na metodologia. Com base na discussão do referencial teórico, discute-se de forma complementar a produção acadêmica levantada, refletindo-se a partir dos conceitos apresentados de desenvolvimento, das visões pós-positivistas de políticas públicas e da evolução interdisciplinar de felicidade.

De tal forma que, nas *Considerações Finais*, realiza-se uma reflexão a respeito do potencial e os limites do uso teórico e prático do conceito da felicidade/bem-estar na gestão e avaliação de políticas públicas, a partir da discussão da atual produção acadêmica e das experiências práticas já realizadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

“Na sua forma mais completa, a felicidade e a razão coincidem” (Herbert Marcuse, em *Sobre o Hedonismo*)

### 2.1 Uma Abordagem Sistêmica de Desenvolvimento e Políticas Públicas

Visto o curso das profundas mudanças sociais e econômicas que caracterizam o século XXI, este subcapítulo visa descrever os elementos que compõem as propostas de novos referenciais teóricos e alternativas práticas necessárias para uma perspectiva sistêmica de desenvolvimento e políticas públicas, como a conciliação da questão ética ao pensamento econômico, a consequente apreciação do bem-estar subjetivo como processo integrado ao tratamento multidimensional de ação pública e sua avaliação - ao conceber o econômico, o social e o ambiental como um tripé do bem-estar objetivo. Discute-se os conceitos clássicos de políticas públicas, defendendo-se o conceito de política pública enquanto ação multicêntrica. De tal forma que, apresenta-se em seguida a perspectiva do pensamento sistêmico para políticas públicas e o impacto deste embate na teoria e na prática da avaliação. Leva-se em consideração dois “pontos de alavancagem”, ou seja, dois elementos importantes já discutidos na literatura atual para uma visão mais sistêmica das políticas públicas: a intersetorialidade e a relação política-administração.

#### 2.1.1 Abordagem Sistêmica de Desenvolvimento

Celso Furtado (2002, p.9 *apud* DOWBOR, 2008, p.17), em sua obra *Em busca de um novo modelo*, propõe que “a evolução das estruturas de poder no capitalismo avançado escapa aos esquemas teóricos que herdamos do passado”. Segundo Dowbor (2008, p.17), este fato decorre das mudanças profundas da realidade econômica e social que vivemos, no qual as regras do jogo não são mais as mesmas das sociedades

agrárias ou da sociedade industrial. Nestas, o controle da terra e a propriedade dos meios de produção, respectivamente, eram as referências principais. De tal forma que, na sociedade contemporânea, os referenciais analíticos devem ser capazes de compreender também os efeitos do conhecimento, dos serviços sociais e outros “intangíveis” como o centro de discussão do desenvolvimento.

Klugsberg (2001, p.69) argumenta que os novos referenciais analíticos devem buscar resolver a necessidade de compatibilizar globalização econômica e crescimento tecnológico com equidade e desenvolvimento humano para todos. Os avanços científicos e tecnológicos que presenciamos nas últimas décadas transformaram radicalmente alguns campos do conhecimento, como as comunicações, informática, a robótica, a biotecnologia, a genética, a neurociência, dentre outros. Este fenômeno, que parece aumentar cada vez mais sua capacidade e velocidade de inovação, expandiu a possibilidade de investimento. E fundamental para a compreensão das mudanças da realidade econômica e social, tal movimento ocorreu concomitantemente ao processo de remodelação da economia mundial ao arrebatador processo de globalização, que mudou os parâmetros básicos de funcionamento das economias.

Neste período, travou-se uma discussão sobre os papéis que o Estado deveria desempenhar. Durante os anos 1980 e até meados dos anos 1990, as correntes de pensamento que defendiam a intervenção mínima do Estado para o pleno crescimento do mercado alcançou seu auge, substituindo o predomínio das ideias que marcaram as décadas anteriores de que o Estado sozinho poderia gerar o desenvolvimento. E que, atualmente, os fatos históricos mostraram que nenhum dos “extremos do pêndulo” alcançaram sucesso:

Assim como foi errônea a concepção centrada na onipotência do Estado, a realidade demonstrou que o mercado possui um grande potencial produtivo, mas que se estiver carente de regulações, pode gerar desequilíbrios de enorme envergadura. (KLIKBERG, 2001, p. 71)

Ladislau Dowbor defende a mesma posição em relação aos resultados destes fatos históricos. Além disso, caracteriza os acadêmicos atuais como “órfãos” de grandes pensadores (citando Paulo Freire, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Milton Santos, como alguns exemplos brasileiros), para caminhar ao lado neste processo de reconstrução dos referenciais teóricos e de viabilização de alternativas práticas

necessários para a complexidade da sociedade contemporânea. Resumindo tal mudança com a seguinte posição a respeito do debate e dos fatos que marcaram o cenário político e econômico do século passado:

No século XX, as coisas pareciam mais simples. Fôssemos de direita ou de esquerda, havia um “caminho” relativamente reto, avenidas teóricas que bastava trilhar. Na esquerda, o caminho seria a estatização dos meios de produção, o planejamento central e uma classe redentora: o proletariado. Na direita, outro caminho reto, com privatização, mecanismos de mercado e outra classe redentora: a burguesia. Definiam-se assim, simetricamente, o marco institucional da propriedade, o mecanismo dominante de regulação e a base social do poder. Frente à sociedade complexa que enfrentamos, esses modelos murcharam. O ‘estatismo’ de esquerda saiu simplesmente de horizonte, ainda que o movimento pendular para a direita tenha fragilizado o Estado de maneira preocupante, gerando tendências caóticas crescentes. E a visão ‘privatista’ da direita, resumida no equivalente capitalista do ‘Pequeno livro vermelho’, o Consenso de Washington, se mantém não por credibilidade teórica, mas por servir a interesses dominantes. (DOWBOR, 2008, p.23)

Apesar do grande potencial produtivo e demais efeitos positivos do mercado, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em sua publicação *Informe sobre Desenvolvimento Humano 1999*, aponta algumas consequências provocadas pela insuficiência de regulação:

Quando o mercado vai longe demais no controle dos efeitos sociais e políticos, as oportunidades e as recompensas da mundialização difundem-se de modo desigual e inócua, concentrando o poder e a riqueza num grupo seleto de pessoas, países e empresas, deixando à margem os demais. Quando o mercado se descontrola, as instabilidades saltam à vista nas economias de auge e depressão, como a crise financeira da Ásia Oriental e suas repercussões em escala mundial. Quando o afã de lucro dos participantes no mercado se descontrola, desafia a ética dos povos e sacrifica o respeito pela justiça e pelos direitos humanos. (PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1999 apud KLIKSBURG, 2001, p.72)

O esforço deste trabalho de aproximar as ciências sociais da realidade, cada vez mais complexa, em vistas a uma ideia de desenvolvimento mais ampla já vem sendo feito pelos mais importantes teóricos. Deve ser permanente a reconstrução teórica alinhada ao caminhar das mudanças da realidade. De tal forma que “a teoria, neste sentido, volta a ser um instrumento a serviço do progresso humano, deixando para trás um arquipélago de refúgios teóricos acadêmicos e de congelamentos ideológicos” (Dowbor, op. cit., p. 22). Um dos elementos que compõe esta perspectiva de reconstrução teórica é o afastamento da ciência econômica da ética como uma das

causas do empobrecimento do debate. Esta ideia é debatida pelo economista Amartya Sen, ao longo de todo seu trabalho, sendo aprofundada em sua obra *Em Sobre Ética e Economia* (1999),

Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real (SEN, 1999, p.23)

A crítica à maximização do auto-interesse na perspectiva racional - o *homo economicus* - pela economia moderna é um dos principais elementos da construção argumentativa do autor:

A visão da racionalidade como auto-interesse implica, *inter alia*, uma decidida rejeição da concepção da motivação “relacionada à ética”. Tentar fazer todo o possível para obter o que gostaríamos pode ser parte da racionalidade, e isso pode incluir o empenho por objetivos desvinculados do auto-interesse, os quais podem valorizar e desejar promover. Considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão (SEN, 1999, p. 31)

Atkinson (1998 apud KLIKSBURG, 2001, p.152) argumenta que as desigualdades são nitidamente motivadas pelas políticas públicas implementadas e as atitudes culturais frente a elas. Estes fatores mostram-se resultados efetivos quando direcionados corretamente para a promoção da igualdade, contrariando pensamentos econômicos de que as desigualdades são inevitáveis e que fazem parte do processo de modernização de uma sociedade. Como exemplo de países que, por esta razão, alcançaram bons níveis de igualdade, o autor cita Suécia, Noruega, Dinamarca, Japão, Canadá e Holanda, entre outros.

Um exemplo de atitude cultural que contrapõe a máxima ênfase ao individualismo é a solidariedade. Kliksberg (op. cit., p.153) discorda da visão de que a solidariedade tornou-se “anacrônica” ou um valor pré-moderno. O autor salienta seu enraizamento na cultura das mais diversas sociedades, enquanto parte fundamental da qualidade humana, podendo ser observado ainda nos países de maior desenvolvimento econômico e tecnológico alto grau de exercício da solidariedade, visto o grande número de organizações não-governamentais de ação solidária e “exércitos de trabalhadores voluntários”.

Em pesquisas recentes, os pobres reclamam que o que mais os incomoda na pobreza é que sentem que são menosprezados diariamente em sua condição humana, até mesmo por algumas organizações que pretendem ajudá-los (The World Bank, 2000). Os sinais explícitos ou implícitos que recebem são de desvalorização, menosprezo, consideração como pessoas de segunda classe, como seres inferiores. Precisa-se de uma solidariedade que respeite profundamente a cultura dos pobres, seus valores, que abra espaços ao fortalecimento de suas próprias organizações e ao crescimento de sua auto estima. (KLIKSBURG, op. cit., p.153)

Apesar da crítica de que a ciência econômica está voltada sobremaneira para o ritmo do crescimento econômico - sem pensar *o que* está crescendo e *para quem* - e distante da ética, Dowbor (op. cit., p.25) destaca sua força como instrumento de orientação de políticas públicas, ao defender a visão de que “a economia é um meio que deve servir para o desenvolvimento equilibrado da humanidade, ajudando-nos, como ciência a selecionar as soluções mais positivas, a evitar os impasses mais perigosos”.

A articulação de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, fórmula sugerida em 1990 pelo Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da ONU, já supracitado, é visto como “norte” importante para a orientação das políticas públicas, devido a periódica disponibilização de um balanço mundial que envolve os três enfoques. Dowbor critica a academia por ainda não conseguir acompanhar de forma tão efetiva esta mudança de perspectiva:

Na academia, ainda temos dificuldades, pois algumas áreas científicas estudam o social; outras, o econômico; outras, ainda o ambiental, quando as iniciativas têm de ser vistas simultaneamente sob os três ângulos. A segmentação está sendo cada vez mais claramente contestada, pois impede a visão sistêmica do processo.” (DOWBOR, op. cit., p. 26)

O reconhecimento dos limites dos mecanismos de mercado e o redirecionamento do uso da ciência econômica para o interesse social é tratado por Daly e Cobb Jr. no livro “*For the common good: redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future*”, no qual levantam três grandes problemas da alocação de recursos escassos praticada pela economia de mercado atualmente: (1) a tendência para a competição de ser auto-eliminadora (*self-eliminating*); (2) o efeito corrosivo do autointeresse, que o mercado implica, sobre o contexto moral da comunidade, e (3) a existência de bens públicos e das externalidades . DALY & COBB, 1994, p.8 apud DOWBOR, 2008, p.27)

Ou seja, a economia necessita ser guiada para o que a sociedade vislumbra e não somente a criação de um ambiente favorável ao mercado:

O “bem comum” parece uma boa definição do que queremos, pois compreendemos cada dia mais que direcionar a economia em função das minorias predominantes gera problema para todos. Esta ideia, de resgatar a ciência econômica como instrumento da construção do bem comum, por simples que seja, é importante. Falta explicar, naturalmente, o que entendemos por bem comum. (DOWBOR, op. cit., 27)

Em 2008, o presidente da França Nicolas Sarkozy convidou os renomados economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi para criarem uma comissão composta de 14 especialistas, dentre eles 5 ganhadores do prêmio Nobel, a fim de apontar as limitações do Produto Interno Bruto (PIB), considerar quais informações são necessárias para a produção de indicadores sociais mais relevantes, analisar metodologias alternativas de mensuração do progresso econômico e social e discutir o uso mais apropriado da informação estatística. O resultado encontra-se no relatório *“Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress”* (COMMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS et al., 2009).

A comissão foi organizada em três grupos de trabalho, focando os seguintes temas: 1) Limitações do PIB, 2) Qualidade de Vida e 3) Sustentabilidade. E a partir da discussão destes três grupos foram geradas doze recomendações divididos em quatro blocos.

Quadro 1 - Recomendações da Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (2009)

<b>Da Produção ao bem-estar</b>	
1	Ao avaliar bem-estar material, olhe para a renda e o consumo, em vez de olhar para a produção
2	Enfatizar a perspectiva familiar (doméstica)
3	Considere a renda e o consumo em conjunto com a riqueza
4	Dê mais proeminência à distribuição de renda, do consumo e da riqueza
5	Amplie as medidas de renda para atividades que estejam fora do mercado (não-mercado)
<b>Tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas de bem-estar são igualmente importantes</b>	
6	A qualidade de vida depende das condições objetivas e das capacidades das pessoas. Passos devem ser dados para melhorar a saúde, a educação, as atividades pessoais e as condições ambientais das pessoas. Em particular, um esforço substancial deve ser devotado para desenvolver e implementar medidas robustas e confiáveis sobre conexões sociais, voz política e insegurança, que por sua vez possam se mostrar como revisoras de satisfação com a vida
7	Indicadores de qualidade de vida em todas as dimensões cobertas deveriam avaliar as desigualdades de um modo compreensivo
8	Levantamentos deveriam ser elaborados para avaliar os elos entre os diversos domínios de qualidade de vida para cada pessoa, e essas informações deveriam ser usadas ao se desenhar políticas em vários campos
9	Escritórios de estatística deveriam prover a informação necessária para agregar através das dimensões de qualidade de vida, permitindo a construção de diferentes índices
10	Medidas de bem-estar, tanto objetivas como subjetivas, proporcionam informações-chave sobre a qualidade de vida das pessoas. Escritórios de estatística deveriam, nos seus próprios levantamentos, incorporar perguntas para capturar as avaliações que as pessoas fazem de suas próprias vidas e das suas experiências e prioridades hedônicas
<b>Use uma abordagem pragmática na mensuração da sustentabilidade</b>	
11	A avaliação da sustentabilidade requer um bem identificado painel de indicadores. O traço característico dos componentes desse painel deveria ser que esses indicadores são interpretáveis como variações dos “estoques” subjacentes. Um índice monetário de sustentabilidade tem o seu lugar em tal painel, mas, sob o atual estado da arte, esse índice deveria permanecer essencialmente focado nos aspectos econômicos da sustentabilidade
<b>Indicadores físicos para pressões ambientais</b>	
12	Os aspectos ambientais de sustentabilidade merecem um acompanhamento em separado, acompanhamento este que deve se basear num bem-escolhido conjunto de indicadores físicos. Em particular existe a necessidade de um claro indicador para a nossa proximidade a perigosos níveis de dano ambiental (tais como associados à mudança climática ou a exaustão dos estoques pesqueiros)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que isso aconteça, devem ser elaborados instrumentos de avaliação destes resultados, nos quais os resultados da contabilidade das atividades públicas e privadas reflitam em termos de qualidade de vida, de progresso social real. Muitos autores trabalham conceitualmente esta nova perspectiva de pensar esta avaliação. Celso Furtado utiliza a expressão *rentabilidade social*, Dowbor chama de *produtividade sistêmica* e Meyer-Stamer de competitividade sistêmica, dentre outros acadêmicos. O livro de Gadrey e Jany-Catrice (2005) “Os novos indicadores de riqueza” organiza o quadro conceitual deste novo cenário das contas nacionais e diferencia os resultados de produção (*outputs*) dos resultados de valores sociais (*outcomes*), os indicadores

objetivos dos subjetivos e os resultados monetários dos não-monetários. Alinhadas às mudanças conceituais, experiências de metodologias foram sendo aplicadas, como o índice de bem-estar econômico, de Osberg e Sharpe, o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (Ibed), o Indicador de Progresso Real (IPV) e os Indicador de Poupança Real e World Development Indicators 2003, ambos do Banco Mundial, dentre outras. (DOWBOR, *op. cit.*, p. 28 a 33)

Quando passamos a avaliar de maneira sistêmica os resultados para a sociedade no seu conjunto, podemos ter uma visão inteligente do progresso real obtido. A construção de sistemas mais realistas de avaliação do nosso progresso econômico e social vem corrigir uma deficiência estrutural da ciência econômica. (p. 33)

A Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (2009, p.14) conclui que para conceituar bem-estar (*well-being*) necessita-se de uma abordagem multidimensional. A partir das pesquisas acadêmicas e as iniciativas desenvolvidas ao redor do mundo, identificou-se algumas dimensões-chaves a serem levadas em consideração. Importante destacar que tais dimensões devem ser tratadas simultaneamente. Esta conclusão mostra o quanto algumas características do bem-estar das pessoas são preteridas pelas medidas tradicionais de renda.

Quadro 2 – As 8 dimensões-chaves do bem-estar segundo a Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (2009, p.14)

Dimensões-chaves do Bem-Estar	
I	Padrão de vida material (renda, consumo e riqueza)
II	Saúde
III	Educação
IV	Atividade pessoais (incluindo trabalho)
V	Voz política e governança
VI	Conexões sociais e relacionamentos
VII	Meio ambiente (condições presentes e futuras)
VIII	Insegurança (tanto no aspecto econômico quanto físico)

Fonte: Elaborado pelo autor (tradução livre)

Em julho de 2011, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 65/309, intitulada *Happiness: towards a holistic approach to development*, declarando que a busca pela felicidade é um objetivo humano fundamental. O documento incentiva os Estados membros da ONU a buscarem a elaboração de medidas que capturem melhor a importância da felicidade e do bem-estar no desenvolvimento, com vistas a guiar as políticas públicas. E aqueles que já desenvolvem estes novos indicadores ou qualquer

outra iniciativa compartilhem seu trabalho através organização para o desenvolvimento desta agenda, citando sua importância na busca do desenvolvimento sustentável, inclusive para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

*Bearing in mind the purposes and principles of the United Nations, as set forth in the Charter of the United Nations, which include the promotion of the economic advancement and social progress of all peoples,  
Conscious that the pursuit of happiness is a fundamental human goal,  
Cognizant that happiness as a universal goal and aspiration embodies the spirit of the Millennium Development Goals,  
Recognizing that the gross domestic product indicator by nature was not designed to and does not adequately reflect the happiness and well-being of people in a country,  
Conscious that unsustainable patterns of production and consumption can impede sustainable development, and recognizing the need for a more inclusive, equitable and balanced approach to economic growth that promotes sustainable development, poverty eradication, happiness and well-being of all peoples,  
Acknowledging the need to promote sustainable development and achieve the Millennium Development Goals (ONU, 2011)*

Dowbor (*op. cit.*, p. 30) salienta que “a qualidade de vida é evidentemente mais difícil de medir do que o valor das vendas de uma empresa, ou o custo de funcionamento de uma escola pública, sem falar da economia do voluntariado e do trabalho feminino domiciliar”, contudo, enquanto não conseguirmos desenvolver e adotar formas aceitas e generalizadas de medir o real valor das atividades humanas, não haverá de fato como avaliar políticas públicas e nem políticas privadas.

Em pesquisas recentes, os pobres reclamam que o que mais os incomoda na pobreza é que sentem que são menosprezados diariamente em sua condição humana, até mesmo por algumas organizações que pretendem ajudá-los (The World Bank, 2000). Os sinais explícitos ou implícitos que recebem são de desvalorização, menosprezo, consideração como pessoas de segunda classe, como seres inferiores. Precisa-se de uma solidariedade que respeite profundamente a cultura dos pobres, seus valores, que abra espaços ao fortalecimento de suas próprias organizações e ao crescimento de sua auto-estima (KLIKSBURG, 2001).

Segundo Giannetti (2007, p.51), Keynes, durante a Grande Depressão dos anos 1930, ao especular sobre as possibilidades futuras em seu texto *The economic possibilities for our grandchildren*, entendeu que as condições do “problema econômico” estavam dadas. Todavia, os valores e a moral que tornaram-se anacrônicas em relação

ao progresso econômico e científico da sociedade. Tal descompasso impossibilitaria as pessoas de viverem “à altura de sua melhor capacidade”. Dirigindo este texto aos seus netos.

Quando a acumulação de riqueza já não for mais de alta importância social, haverá grandes mudanças no código de ética. Estaremos em condições de nos desfazer de muitos falsos princípios morais que nos acorrentam por duzentos anos, e pelos quais temos exaltado alguns dos mais repugnantes atributos humanos como se fossem as maiores virtudes. Estaremos, então, em condições de ousar atribuir ao motivo monetário seu verdadeiro valor. O amor pelo dinheiro [...] será reconhecido pelo que é, uma morbidez bastante repulsiva, uma dessas propensões semicriminosas e semipatológicas que se conduz com um arrepio para os especialistas em doenças mentais (KEYNES, 1971, p. 329 apud GIANNETTI, 2007, p. 51)

### **2.1.2 Abordagem Sistêmica de Políticas Públicas**

Com as transformações ocorridas nos cenários político e econômico mundial nas últimas décadas, as discussões sobre os modelos de Estado de Bem-Estar Social adotados e a atuação do Estado em suas relações com o mercado e a sociedade civil destacaram a importância da área de conhecimento denominado políticas públicas, e, conseqüentemente, todas as suas especificidades, como as instituições, regras e modelos que guiam seu processo de formulação, implementação e avaliação. Os principais fatores para a retomada de atenção para este campo foram: 1) a adoção de políticas restritivas de gasto, conceito dominante da agenda em todo o mundo, principalmente dos países em desenvolvimento, e fundamental para alavancar o conhecimento e visibilidade sobre desenho das políticas públicas; 2) novas visões sobre o papel do governo, substituindo as políticas keynesianas; e 3) os países em desenvolvimento e de democracia recente não alcançaram resoluções para os problemas crônicos de desenvolvimento econômico sustentado e da desigualdade social por meio de políticas públicas (SOUZA, 2007, p.65).

Souza (op. cit.), ao tratar do estado da arte da pesquisa em políticas públicas, explica que a política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, surge nos Estados Unidos, onde concentrou seu foco de análise na *produção dos governos*, ao contrário da tradição europeia de foco na análise do *Estado e suas instituições*, detalhando tal diferença da seguinte forma:

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos Estados Unidos, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2007, p.66)

Destacam-se no ressurgimento da área de políticas públicas, particularmente quatro autores. Laswell (*apud* HOWLETT; RAMESH, 1995, p.3), que cunha o termo *policy analysis*, auxiliou na transformação dos estudos políticos, ao integrar a teoria política com a prática política, sem resultar na “esterilidade” formal comum nos estudos da época, utilizando da multidisciplinaridade. Simon cria o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). Lindblom insere as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório como variáveis da análise de políticas públicas, debatendo a proeminência dada por Laswell e Simon ao racionalismo. Easton posiciona a política pública como uma relação dinâmica entre a formulação, resultados e o ambiente, classificando-a como um sistema (SOUZA, 2007, p.67-68).

De acordo com Howlett e Ramesh (1995), dentre as inúmeras definições exploradas pelos estudiosos da *policy science*, que variam das mais complexas as mais simples, todas se baseiam na ideia de que as políticas públicas resultam de decisões tomadas pelos governos e que aquelas decisões que nada fazem são políticas públicas assim como aquelas decisões que fazem algo. Ou seja, tanto a ação quanto a “não-ação” dos governos são políticas públicas. Exemplificando através da observação das concepções de Thomas Dye, William Jenkins e James Anderson sobre políticas públicas.

Para Dye, política pública é qualquer fato que o governo escolhe fazer ou não fazer. Esta é uma forma generalista de definir política pública, pois explicita apenas duas coisas: a) atividades desenvolvidas por atores não governamentais não são política pública, pois o governo é o agente privilegiado; e b) a decisão do governo de não fazer nada também é uma política pública, porém deve existir um limite para que uma “não-decisão” vire tema da *policy science*, podendo causar confusões. Cita, para isso, o exemplo “cor da casa”, pois o governo não decide com qual cor sua casa deve ser pintada, porém a cor da sua casa não é uma política pública apenas porque não foi decidida pelo governo.

Na visão de Jenkins, política pública é tida como um conjunto de tomadas de decisão inter-relacionadas realizadas por um grupo de atores políticos interessados na escolha, tanto de objetivos quanto meios para alcançá-los, dentro de uma situação especificada em que aquelas decisões deveriam, em princípio, ser dentro do poder daqueles atores envolvidos. Ou seja, política pública é um processo, e não uma escolha como define Dye. Processo este no qual as decisões são tomadas dentro de um ambiente onde há constrangimento, portanto existem restrições que tornam a formulação de política pública difícil de ser entendida.

Já Anderson define política pública como um curso proposital de ações seguidas por um ator ou um conjunto de atores lidando com um problema ou questão de interesse. Esse autor acredita que existe uma multidisciplinaridade de atores que podem interferir no processo decisório.

Souza conclui assim que o foco analítico da política pública está na:

(...) identificação do tipo de problema que a política pública visa a corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), no processo percorrido nessas duas arenas, e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2007, p.84)

Como resultado da natureza multidimensional da dinâmica das políticas públicas, as mudanças nas variáveis que as afetam (ideias, interesses, instituições, panorama socioeconômico, valores, etc) formam um jogo de xadrez para os modelos de análise, tornando-os muitas vezes incoerentes com a realidade da prática das políticas públicas (CAPANO, 2009).

Neste ponto o pensamento sistêmico e a teoria da complexidade podem ser utilizados para promover a compreensão desta dinamicidade. Conceitos centrais como não-linearidade, auto-organização, incerteza, dentre outros, produzem uma atrativa capacidade de análise deste comportamento que ajuda a identificar as limitações das análises de abordagem racionalista, predominantes na academia e na gestão pública (MEEKRUDI, 2010)

Estas limitações das análises de abordagem racionalista em gerar soluções efetivas para os problemas sociais são consequência de pressupostos epistemológicos ultrapassados, segundo Fischer (1998). Analisando as *hard sciences* sob a ótica da

sociologia da ciência, seu conceito tradicional de objetividade já foi ultrapassado pelos métodos analíticos “pós-positivistas” para compreender a complexidade multidimensional da realidade social. Com uma orientação discursiva fundamentada na razão prática, a abordagem pós-positivista situa a investigação empírica em um quadro interpretativo mais amplo. Ou seja, mais do que uma alternativa epistemológica, esta abordagem mostra uma melhor descrição do que as ciências sociais podem fazer na prática.

Abordagens sistêmicas tiveram uma história conturbada no mundo da análise de políticas públicas, em visto que houve um desapontamento da análise sistêmica quantitativa (a chamada *hard systems analysis*) em trazer melhores respostas para a resolução de problemas das políticas públicas. A partir do crescimento do uso de metodologias da *soft systems analysis*, houve uma retomada da expectativa do uso do pensamento sistêmico nas políticas públicas. Essas teorias oferecem uma forma de analisar política bastante distinta das abordagens institucionalistas que tendem a dominar a teoria e a prática de elaboração de políticas. Ao invés de selecionar instrumentos para atender um tipo específico de problema de política (a abordagem convencional para a formulação de políticas), a análise de sistemas sugere que a natureza do problema não pode ser compreendida separadamente de sua solução. Por problemas políticos caracterizados pela complexidade (como aqueles preocupados com a gestão e regulação ambiental, urbano e desenvolvimento), utilizando conceitos de sistemas se oferece uma maneira de racionalizar os aspectos da prática existente e de sugerir orientações para melhoria (STEWART;AYRES, 2001).

As visões clássicas de ciclo de políticas públicas podem auxiliar a organização das ideias, diminuir a complexidade da política pública e criar um referencial comparativo para casos heterogêneos. Entretanto, não conseguem refletir a real dinâmica ou vida de uma política pública na maioria dos casos, nos quais geralmente as fases conceitualmente estabelecidas se apresentam desorganizadas ou alternadas (SECCHI, 2012. p.33-34). Inclusive em alguns contextos a identificação do problema relaciona-se mais ao fim do processo do que ao início e que o processo de avaliação pode acontecer antes mesmo do escrutínio do problema (WILDAVSKY, 1979 *apud* SECCHI, 2012).

O pensamento sistêmico interliga as partes, diminui a distância entre elas e permite pensar o conjunto (sistema) sem perder de vista todos os seus componentes.

Admite-se nesse modelo, que na articulação entre as partes, podem surgir novas propriedades (ideias novas), o que seria impossível visualizar a partir do pensamento linear. Ele dá um passo além: inclui a aleatoriedade, a incerteza, a imprevisibilidade e impossibilidade de separação entre sujeito e objeto. Homem e ambiente estão intrinsecamente interligados.

Um ponto de alavancagem adotado como elemento de análise da perspectiva sistêmica de políticas públicas é a intersectorialidade, que tem sido vista como um importante conceito inserido na gestão pública a fim de aumentar a capacidade governativa de resolução de problemas, particularmente das complexas demandas sociais do cenário social e econômico contemporâneo.

Os autores não auto-declaram ou necessariamente utiliza o mesmo referencial teórico do pensamento sistêmico, contudo, muitas ideias-chaves são compartilhadas. Como por exemplo, a questão da divisão da ciência em disciplinas bem distintas que levou à fragmentação e ao isolamento do conhecimento, afetando de tal maneira o entendimento da realidade em sua holística (INOJOSA, 1998). Passando para a investigação teórica e aplicação prática da gestão pública pode-se dizer que esta fragmentação da racionalidade científica impede a reflexão de situações problemas que não conseguem ser efetivamente solucionadas por políticas exclusivamente setoriais (AKERMAN *apud* CKAGNAZAROFF;MOTA, 2003, p.13).

A lógica da devida articulação das diferentes experiências e saberes em todo o ciclo de políticas públicas na intencionalidade de resolução de problemas complexos, criando assim um efeito sinérgico, é a compreensão de Junqueira (1998) para a intersectorialidade, ao debater que ao Estado impõe-se a prestação de serviços públicos que observem o cidadão em integralidade, ao invés de políticas públicas setoriais (fragmentadas). Ou seja, não podemos considerar um conjunto de políticas setoriais com aproximações em apenas etapa da política pública como intersectorialidade.

Contudo, há visões contrárias, como as de Fernandez & Mendes (*apud* CUNILL GRAU, 2005, p.2), na qual a intersectorialidade ocorre quando há o diálogo de diferentes tipos de atores, governamentais e não-governamentais, concentra-se na elaboração de políticas públicas integrais e integradas, permitindo sua efetividade social.

Este tipo de modelo de construção de políticas públicas, entretanto, demonstra dificuldades de compreensão tanto para agência governamental responsável quanto para a sociedade (JUNQUEIRA, 1998). E que, apesar da importância mostrada pelas ricas experiências experimentadas, particularmente nas políticas sociais, a necessidade de interlocução dos diversos atores de diferentes setores para a reflexão global dos problemas sente a divergência de ideias e pensamentos criada pela variedade de especialidades das áreas, seja em relação ao tema específico da organização onde atua ou da formação profissional (INOJOSA, 1998).

A focalização e a mensuração de resultados e impactos em todas as etapas das políticas públicas são caracterizadas por Inojosa (*op. cit.*) como fundamentais nas ações intersetoriais, permitindo a clareza, entedimento e participação do público-alvo e seus problemas (focalização), além de permitir um feedback da experiência, revelando seus acertos e erros a serem corrigidos (resultados e impactos).

Outro ponto de alavancagem a ser estudado e utilizado enquanto elemento de análise na perspectiva sistêmica de políticas públicas é a passagem do modelo de gestão *top-down* para o modelo *bottom-up*. O primeiro caracteriza-se pela centralização da tomada de decisão e participação restrita, marcante na gestão e esquemas de análise de cunho racionalista e reducionista. O segundo caracteriza-se pela ampliação da participação dos sujeitos envolvidos em todos os momentos, marcante na visão sistêmica de política pública.

Em relação aos sujeitos que atuam no Estado, estudos recentes mostram que, atualmente, a burocracia pública tem participado ativamente cada vez mais dos processos de formulação e tomada de decisão nas democracias contemporâneas, em contraposição à visão dominante de que os políticos tomam decisões e os burocratas administram. Identifica-se, assim, o surgimento do fenômeno da burocratização da política, embasamento técnico das decisões políticas, e a politização da burocracia, fortalecendo sua atuação nas decisões políticas (LOUREIRO; MARTES; OLIVIERI. 2010, p.73).

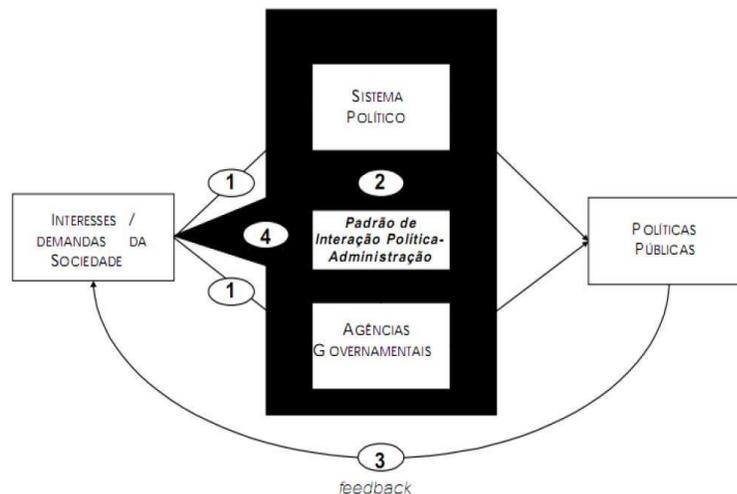
A separação destas funções destes dois atores no Estado moderno já foi colocada por Weber, a principal referência do estudo da burocracia, como bem frisado por Martins:

O problema central da burocracia, segundo Weber, não é organizacional ou administrativo; é político. Max Weber não fez teoria das organizações; fez sociologia política. O destaque da abordagem weberiana está onde a burocracia se coloca no seu quadro de pensamento social (WRONG, 1970). Weber foi pioneiro em apontar a problemática da desintegração entre política e administração na perspectiva do estado moderno. Segundo seu argumento, o surgimento do estado burocrático implicaria a renúncia de responsabilidade pela liderança política e na usurpação das funções políticas por parte dos administradores. A questão por detrás desta problemática é o contraste, a distinção e a tensão entre a racionalidade substantiva da busca de interesses e a racionalidade instrumental-formal do exercício da autoridade (MARTINS, 1997, p.45).

Lindbloom (*apud* MARTINS, 1997) aponta uma causa da desintegração entre política e administração ao observar que a prática da política burocrática não se baseia nas propriedades estruturantes da mecânica democrático-representativa apenas, mas sim do aumento da participação e preponderância decisória da burocracia colocada nesta conjuntura. Offe (*apud* MARTINS, 1997) destaca o aumento da descrença nos processos racionais-legais típicos da ação estatal, baseada no estado de direito, ao invés do surgimento de novos critérios, valorativos e prático-rationais, possivelmente assimilados e processados pela burocracia política.

Para Martins (*op. cit*), a competição ou cooperação entre política, enquanto sistema político-representativo, e administração, enquanto agência de governo, no reconhecimento e aglutinação dos variados interesses da sociedade provocam a integração ou dicotomização de suas relações, como ilustra o diagrama abaixo:

Diagrama 1 - Relação entre política e administração no contexto da governança contemporânea



A interação entre política e administração que resulte no cumprimento de suas funções de inserção social e regulação política surgirá da criação de uma visão sistêmica através da padronização de níveis de autonomia relativa, baseadas em relações contratuais de delegação ou representação de interesses entre os atores da ação pública. A relação de funcionalidade recíproca entre inserção social e regulação é o ponto mais importante, segundo o autor, para a integração entre política e administração, visto que a auto-orientação da burocracia é prejudicada pela regulação. Já a inserção social, através do princípio de orientação para o usuário, impacta no saudável equilíbrio da regulação da burocracia e da própria política, em sua influência sobre a primeira. Neste cenário de equilíbrio burocrático, ou seja, integração entre política e administração, a inserção social e a regulação são fundamentais.

Diagrama 2 - Relação entre política e administração: autonomia inserida e regulada



Fonte: Martins (1997, p.48)

Neste diagrama, simula-se os possíveis cenários da relação entre a burocratização da política, em um eixo, e a politização da administração, no segundo eixo, a partir dos níveis de inserção e regulação estabelecidos, dentro do contexto de governança contemporânea, demonstradas nas formas típicas de integração/dicotomização entre política e administração.

Assim, visto o amplo espectro de conceitos e elementos que compõe o estudo e a prática das políticas públicas, conseqüentemente, percebemos também o reflexo da diversidade nas abordagens de avaliação que resultam das diferentes orientações filosóficas, predileções metodológicas e preferências práticas de seus autores, levando seus adeptos a proporem concepções, métodos de coleta de dados e análise e técnicas interpretativas muito diferentes (WORTHEN, & SANDERS & FITZPATRICK, 2004, p.106).

Baker e Niemi (1996 *apud* WORTHEN, & SANDERS & FITZPATRICK, 2004) expõem que grande parte do pensamento sobre avaliação tem por base quatro fontes: 1) experimentação; 2) mensuração; 3) análise sistêmica; e 4) abordagens interpretativas. A experimentação traz o uso completo da pesquisa experimental das ciências sociais na avaliação. A mensuração propõe que o uso de um mecanismo de medida comportamental resulta em números que formarão a evidência para avaliação de uma política pública. A análise sistêmica examina as inter-relações do grande número de variáveis em processos ou organizações complexas. E, finalmente, as abordagens interpretativas ter por base a filosofia hermenêutica e de teorias interpretativas do conhecimento para construir interpretações descritivas e julgamentos holísticos de políticas públicas complexas.

Na visão clássica, a avaliação é o processo formativo e sistemático de coleta de dados que possibilita fazer uma análise crítica dos resultados, emitir juízo de valor e medir os impactos. Exige planejamento e rigor metodológico para se obter resultados confiáveis e verificar se o programa ou projeto social alcançou as metas estabelecidas e atendeu as necessidades da população beneficiada. A avaliação permite também o redesenho do programa quando necessário ou constatar que não valerá a pena dar continuidade. Através dessas avaliações se pode mensurar os custos/benefícios e as causas e conseqüências da efetividade ou não das políticas, bem como o nível de organização social dos diversos segmentos envolvidos e a sustentabilidade desses processos (ARRETCHE, 1998). Neste sentido, a avaliação, mesmo não sendo um fim em si mesmo, é fundamental para dar visibilidade e controle às partes interessadas.

No sentido mais amplo, Holanda faz uma análise um pouco mais profunda do que se entende por avaliação. Defende que a avaliação é mais abrangente do que o

monitoramento e supervisão, correspondendo a um esforço de reflexão crítica sobre o processo e os resultados, impactos ou efeitos da implementação do plano ou projeto, de modo a aferir sua eficiência, eficácia, adequação ou relevância do ponto de vista de resultados obtidos versus resultados desejados, ou benefícios versus custos (2006, p. 68).

Apesar do predomínio de algumas visões mais tradicionais de avaliação, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004:106) são otimistas em relação a evolução da avaliação de políticas públicas e o aumento da multiplicidade de abordagens:

Não existe uma filosofia unívoca da avaliação, assim como não existe uma única filosofia da ciência aceita universalmente. E, talvez essa falta não nos tenha feito tão mal assim: afinal, a avaliação orientadora não impediu extensos discursos nem debates a respeito dos pressupostos filosóficos sobre a epistemologia e valor. Na verdade, as diferentes abordagens que procuram definir valor ou mérito são as grandes responsáveis pela diversidade de pontos de vista sobre avaliação de programas.

## ***2.2 Uma Discussão Interdisciplinar sobre Felicidade***

Neste subcapítulo, trava-se uma discussão interdisciplinar sobre a evolução do conceito de felicidade, a partir de um sobrevôo pelos principais autores ou movimentos que marcam o processo histórico e científico do tema. Para tornar mais compreensível este processo, optou-se por dividir o tópico em três áreas do saber: a filosofia, a psicologia e a economia. Esta divisão respeita a perspectiva histórica-temporal de discussão do tema, que ao longo do texto dilui-se, tornando-a de fato interdisciplinar. O fio-condutor desta dissertação é a ciência política, com ênfase na subárea da política pública, que será também incorporada ao debate no capítulo posterior de análise e discussão.

### ***2.2.1 Do Ponto de Vista da Filosofia***

A felicidade é um dos temas mais antigos e caros à filosofia desde sua gênese. Para este trabalho, entretanto, escolhe-se um determinado percurso da discussão filosófica, que entende-se como a mais importante para entender a compreensão de

felicidade que influencia a produção acadêmica atual apresentada aqui e também a percepção de felicidade pela sociedade contemporânea.

A concepção de felicidade de Aristóteles orientou importantes pensadores ao longo da história do pensamento ocidental e sua filosofia baseada no empirismo é decisiva em embates teóricos que impactou toda a forma de pensar e de funcionar a nossa sociedade atual. Em *Ética a Nicômaco*, ele define que "a felicidade é um princípio; é para alcançá-la que realizamos todos os outros atos; ela é exatamente o gênio de nossas motivações" (ARISTÓTELES, 1984). A origem da palavra felicidade em grego é *eudaimonia*. Assim, o eudemonismo é a ciência cujo pensamento toma a felicidade como finalidade natural da vida humana. No livro *Política*, ele contextualiza e aprofunda a ideia de que a felicidade, contudo, não se restringe ao indivíduo, mas sim uma felicidade que abrange toda a sociedade (no caso de Aristóteles, a *polis*). Uma característica da felicidade para o filósofo é a concepção político-filosófica, ou seja, sendo o homem um animal político, a participação enquanto cidadão na organização do governo é um elemento fundamental na busca de um bem comum (ARISTÓTELES, 1985, pag. 13241325).

A concepção política advém da ideia de que a felicidade é oriunda da amizade (*philia*), ou seja, o amor entre os iguais. Considera a amizade um dos maiores bens do Estado e a melhor forma de manter a união entre os cidadãos. O desenvolvimento completo da virtude no cidadão é o que leva à felicidade do indivíduo, da amizade entre os pares e do bom governo (ARISTÓTELES, 1985). As virtudes para Aristóteles dividem-se em virtudes éticas, relacionadas ao lado irracional da alma, e as virtudes dianéticas, relacionadas ao lado racional.

Outra característica do pensamento aristotélico é a abordagem empírica de análise, de tal modo que, as virtudes dianéticas são a chave para alcançar a felicidade. Pois, para Aristóteles, a realidade das coisas pode ser vista na Natureza e é inerente ao mundo cotidiano. A Natureza funda a Política. Assim, ele quebra com a busca por respostas nos deuses ou no "mundo das formas", idealizada por Platão. A busca pela causa da amizade, da política e, conseqüentemente, da origem da cidade está no conhecimento da natureza humana. Ou seja, o raciocínio para compreender o mundo natural é o mesmo para compreender as noções como "virtude", "felicidade", "justiça" e

“bom”. Qualquer ideia ou percepção que desenvolvemos ocorre pelos sentidos e não por ideias inatas, como no pensamento platônico (ARISTÓTELES, 1985).

Este embate sobre como chegamos a verdades universais, gerou na filosofia da Idade Moderna uma cisão entre os racionalistas, que defendiam o conhecimento inato (por exemplo, Descartes, Leibniz e Kant), e os empiristas, que acreditavam que o conhecimento tem origem na experiência (por exemplo, Berkeley, Locke e Hume).

Sob o efeito das revoluções científica, industrial e francesa, o conceito de progresso do iluminismo europeu rompeu bruscamente com as ideias existentes até então, pressupondo “a existência de uma espécie de harmonia preestabelecida entre o progresso da civilização e o aumento da felicidade”, cujos vetores de mudança eram (GIANNETTI, 2002, p.22-23):

- a) o avanço do saber científico;
- b) o domínio crescente da natureza pela tecnologia;
- c) o aumento exponencial da produtividade e da riqueza material;
- d) a emancipação das mentes após séculos de opressão religiosa, superstição e servilismo;
- e) a transformação das instituições políticas em bases racionais; e
- f) o aprimoramento intelectual por meio da ação conjunta da educação e das leis.

Ou seja, o desenvolvimento da sociedade aconteceria através do domínio da natureza, da perfectibilidade humana e um governo racional.

O empirismo britânico evoluiu concomitantemente à Revolução Industrial que iniciou na década de 1730, momento no qual pensadores como John Stuart Mill aperfeiçoaram o utilitarismo de Jeremy Bentham e ajudaram a estabelecer tanto uma democracia liberal quanto um sistema para os direitos civis e modernos. Em contraponto ao racionalismo continental, o utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill dominava a filosofia política britânica.

O utilitarismo é um conjunto de princípios éticos que indicam a ação de modo a maximizar o bem-estar da sociedade como um todo. No utilitarismo utiliza-se o consequencialismo como método de análise, avaliando toda ação a partir de suas consequências. O princípio do bem-estar máximo é orientado filosoficamente para agir

sempre com o intuito de produzir a maior quantidade possível de bem-estar. Percebe-se assim a influência da moral eudemonista de Aristóteles.

Para Bentham, a grande missão do governo seria fomentar a felicidade da sociedade através da administração de punições e recompensas. Tal estrutura orienta-se pela perspectiva iluminista de domínio da natureza, perfectibilidade humana e governo racional como meios para se alcançar a felicidade (GIANNETTI, 2002, p.42). E em relação ao comportamento do indivíduo, a ação moral correta é a que mais impacta as relações sociais. Este último ponto envolve a perspectiva de justiça de Bentham, na qual todos são igualmente importantes. De tal forma que o princípio do pensamento do filósofo é a correlação entre a justiça e a felicidade (LAYARD, 2008, p.19).

[Na vida em sociedade] são requeridos não mais do que alguns poucos anos para se assimilar todo o progresso anterior de qualquer arte ou ciência; no restante de sua vida, na fase em que as suas faculdades estão mais perfeitas, um homem pode se dedicar à expansão do saber. Mas se desse modo alguma arte ou ciência vier a se tornar ampla em demasia para a sua assimilação [...] uma subdivisão vantajosa poderá ser feita. Assim, todo o saber será subdividido e ampliado; e o saber, como observa Lord Bacon, sendo poder, os poderes humanos irão, de fato, se expandir. A natureza, incluindo tanto os seus materiais como as suas leis, estará mais sob o nosso comando e os homens tornarão a sua condição neste mundo enormemente mais tranquila e confortável; eles irão provavelmente prolongar a sua existência nele e tornar-se-ão dia após dia mais felizes, cada um em si mesmo, e também mais aptos (e, creio eu, mais dispostos) a transmitir felicidade aos demais. Dessa forma, seja qual tenha sido o princípio deste mundo, o final será glorioso e paradisíaco, além de tudo o que a nossa imaginação possa no presente conceber. (BENTHAM, 1982 *apud* GIANNETTI, 2002, p. 24-25)

Ao contrário de Bentham, o filósofo política John Stuart Mill utiliza uma visão diferente de utilitarismo. Sua concepção de felicidade individual não poderia acarretar no sacrifício do compromisso ético ao buscar-se a maximização das sensações de prazer ou utilidade ao decorrer da vida. Segundo Giannetti (2002, p.49-50), para Mill “a relação entre ética e felicidade não implicava escolha, mas a feliz convergência e mútuo esforço entre uma e outra”. Para ele, o ideal utilitário de máxima felicidade não era discordante do ideal ético da melhor vida.

“Mill respirava democracia representativa e pregava sociais. Os ‘filósofos radicais’, como eram chamados na época, não alimentavam a crença em saltos dialéticos ou súbitas mutações revolucionárias, mas ambicionavam rever de fio a pavio todas as leis e instituições, todas as práticas e políticas públicas, de modo a subordiná-las ao princípio da máxima felicidade da maioria. O caminho para isso era a participação democrática.” (GIANNETTI, 2002, P. 51)

Contudo, os resultados desta equação (razão=virtude=felicidade), apesar da ciência e do avanço tecnológico terem trazido conforto e benefícios na vida prática de parte da população, o sucesso do projeto iluminista ficou muito aquém do esperado pelos seus idealizadores. A ampliação das oportunidades e da capacidade das pessoas de alcançarem seu melhor potencial, determinando o seu próprio destino, alcançando de forma cada mais consciente “uma satisfação e um sentido de realização crescentes na sua existência” (GIANNETTI, op. cit., p.30-42).

A partir do final do século XVIII, Giannetti (op. cit., p.54-55) identifica duas tendências que o autor denomina de *bifurcação pós-iluminista*. Na primeira engloba os filósofos Bentham e Mill, além de pensadores do idealismo alemão como Hegel, posteriormente Marx e em seguida a Escola de Frankfurt. A primeira vertente forma a *tese da incompletude*. Esta tese defende que tanto o iluminismo (inclusive toda a tradição de reformismo dos utilitaristas) quanto o marxismo e suas origens filosóficas falharam em suas promessas de felicidade, visto que não realizaram seus projetos transformadores, ou seja, não completou-se o caminho em sua sequência prática. Segundo Giannetti (2002, p.54), para o projeto iluminista “o desapontamento com os resultados alcançados e o mal-estar reinante seriam sintomas transitórios de uma jornada incompleta – dores do crescimento, não moléstia congênita”. Ou seja, o cumprimento da promessa de felicidade seria tido como uma questão de tempo.

A segunda vertente de autores conta com pensadores como Diderot, Nietzsche, Weber e Freud, na qual “a ideia de que o processo civilizatório e o avanço da racionalidade têm custos substantivos do ponto de vista das aspirações ancestrais do animal humano e o preço é pago na moeda do bem-estar subjetivo” (GIANNETTI, 2002, p.54). Nesta perspectiva, a civilização entristece o “animal humano” e afeta negativamente o sentimento de alegria de viver, ou seja, o processo civilizatório baseado nos conceitos iluministas trouxe certos benefícios, entretanto acarreta custos imensos. Para os filósofos englobados pela vertente o cumprimento da promessa de felicidade não é mais uma questão de tempo. Por isso, o nome desta vertente é *tese da permuta civilizatória*.

### **2.2.2 Do Ponto de Vista da Psicologia e da Economia**

Segundo Seligman e Csikszentmihalyi (2000, v. 55, p. 5-14), na segunda metade do século XX, o enfoque tradicional da psicologia focou seu olhar na doença, ou seja na reparação das fraquezas e cura de patologias, ou seja, concentrou-se no lado negativo da vida. Como contraponto desta perspectiva, surge a psicologia positiva, com o intuito de trazer de volta o desenvolvimento de um estado mental positivo ao estudo e a prática desta ciência. É neste contexto que cresce o estudo da felicidade na área da psicologia. Estudo realizado por Myers e Diener (*apud* Diener *et al.*, 1999, v.125, p.277) aponta que apenas 1 a cada 17 artigos da área da psicologia tratavam de estados mentais positivos.

Em artigo que analisa a evolução o campo de estudo do bem-estar subjetivo entre os anos 1970 e 2000, Diener et al. (1999, v.125, p.276) aponta algumas razões para o seu crescimento. Além da reação ao enfoque tradicional citado acima, a preocupação da sociedade com a valorização do indivíduo, tornando importante a subjetividade na avaliação da qualidade de vida. De tal modo que, passa-se a reconhecer elementos do estado mental positivo na concepção de bem-estar, transcendendo a visão unidimensional da prosperidade econômica. Os pesquisadores do bem-estar subjetivo acreditam que os indicadores sociais sozinhos não definem qualidade de vida. Pois “(...) people react differently to the same circumstances, and they evaluate conditions based on their unique expectations, values, and previous experiences” (*op. cit.*, 1999, v.125, p.276).

Giannetti (2002, p.60) observa que as pesquisas apontam três grandes ângulos sob o estudo da felicidade: i) os que analisam o que torna certos estados de consciência mais ou menos aprazíveis; ii) a identificação dos fatores pessoais, socioeconômicos e culturais associados a variações de bem-estar subjetivo e; iii) as bases químicas, hormonais e neurobiológicas das experiências mentais e emocionais que levam alguém a se sentir mais ou menos feliz com a vida que tem.

O bem-estar subjetivo engloba uma ampla categoria de fenômenos, como *respostas emocionais, satisfação com a vida e dimensões de satisfação.*

Quadro 3 – Componentes do Bem-estar Subjetivo

Pleasant affect	Unpleasant affect	Life satisfaction	Domain satisfactions
Joy	Guilt and shame	Desire to change life	Work
Elation	Sadness	Satisfaction with current life	Family
Contentment	Anxiety and worry	Satisfaction with past	Leisure
Pride	Anger	Satisfaction with future	Health
Affection	Stress	Significant others views of one's life	Finances
Happiness	Depression		Self
Ecstasy	Envy		One's group

Fonte: Diener et al. (1999, v.125, p.277)

As mais variadas emoções e humores são denominados **sentimentos**, que representam a auto-avaliação das pessoas em relação aos acontecimentos das suas vidas. Outro fato importante notado por Diener (*op. cit.*, p.277) é que os pesquisadores desta área interessam-se principalmente pelo estudo de sentimentos mais duradouros do que os momentâneos. Para a avaliação de bem-estar, os sentimentos são categorizados em agradáveis e desagradáveis, pois são compostos por fatores independentes (BRADBURN; CAPLOVITZ, 1965 *apud* DIENER et al. 1999, v.125, p.277) e para controlar erros na mensuração vem sendo desenvolvidos modelos matemáticos estruturadas e avaliações multimétodo. A avaliação cognitiva da **satisfação com a vida** é o segundo interesse dos pesquisadores, que é formada por fatores diferentes dos sentimentos agradáveis e desagradáveis (ANDREWS; WITHEY, 1976 *apud* DIENER et al. 1999, v.125, p.277). As **dimensões de satisfação** são as áreas ou momentos de vivência diária no qual nossos emoções e humores podem variar entre si, sendo as principais: o trabalho, a família, o lazer, a saúde, as finanças pessoais, a percepção de si (tradução livre de *self*) e as relações sociais.

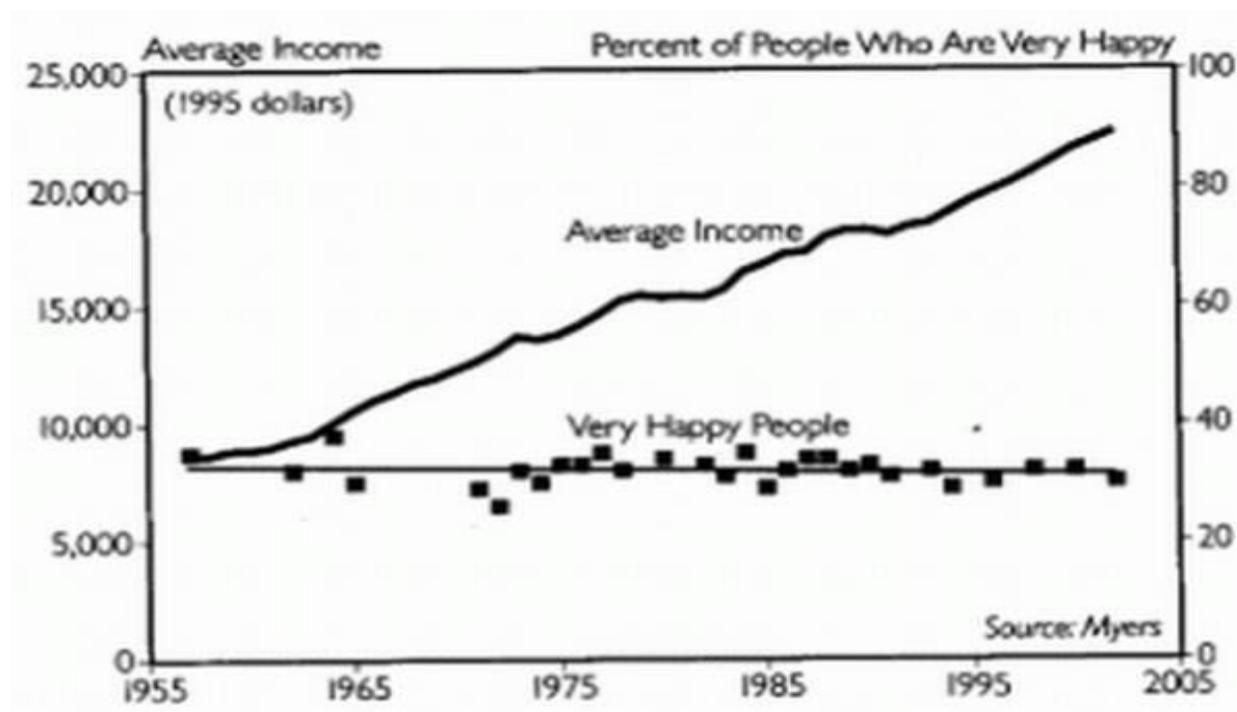
As medições cerebrais dos sentimentos e satisfação com a vida auto-declarada nas diversas áreas do cotidiano vem demonstrando que as boas sensações melhoram a saúde (DAVIDSON *et al*, 2000). Descobriu-se a relação da intensidade e frequência dos sentimentos agradáveis ao fortalecimento do sistema imunológico e a diminuição dos níveis de cortisol, o chamado “hormônio do estresse”. Além disso, estas

peças que se auto-declaram mais felizes possuem uma melhor pressão sanguínea e os batimentos cardíacos tendem a diminuir (LAYARD, 2008, P.40).

Explica Derek Bok (2010, p.5) que nos últimos 35 anos muitos psicólogos e economistas tentam superar os problemas de mensuração da felicidade através do simples artifício de perguntar às pessoas quão agradável ou desagradável para elas cada atividade do seu dia-a-dia ou perguntando quão satisfeitas estão com suas vidas (“muito”, “mais-ou-menos”, “nem um pouco”, etc.). A partir destas perguntas simples, os pesquisadores chegaram há muitas respostas instigantes sobre como cada atividade e experiência contribui para o sentimento de felicidade ou infelicidade a quais são mais responsáveis pelas diferenças no sentimento de satisfação da vida.

Bok elenca, então, quatro descobertas importantes dessas pesquisas. A primeira foi realizada pelo economista Richard Easterling, cujo mesmo resultado foi confirmado por inúmeras outras pesquisas posteriores. Ao analisar a média de felicidade nos EUA nos últimos 50 anos, percebeu-se que, apesar de os ricos serem mais felizes de uma forma geral, as médias dos níveis de felicidade são praticamente a mesma do que meio século atrás.

Gráfico 1 – Média de Renda e Felicidade nos EUA (1957 a 2002)



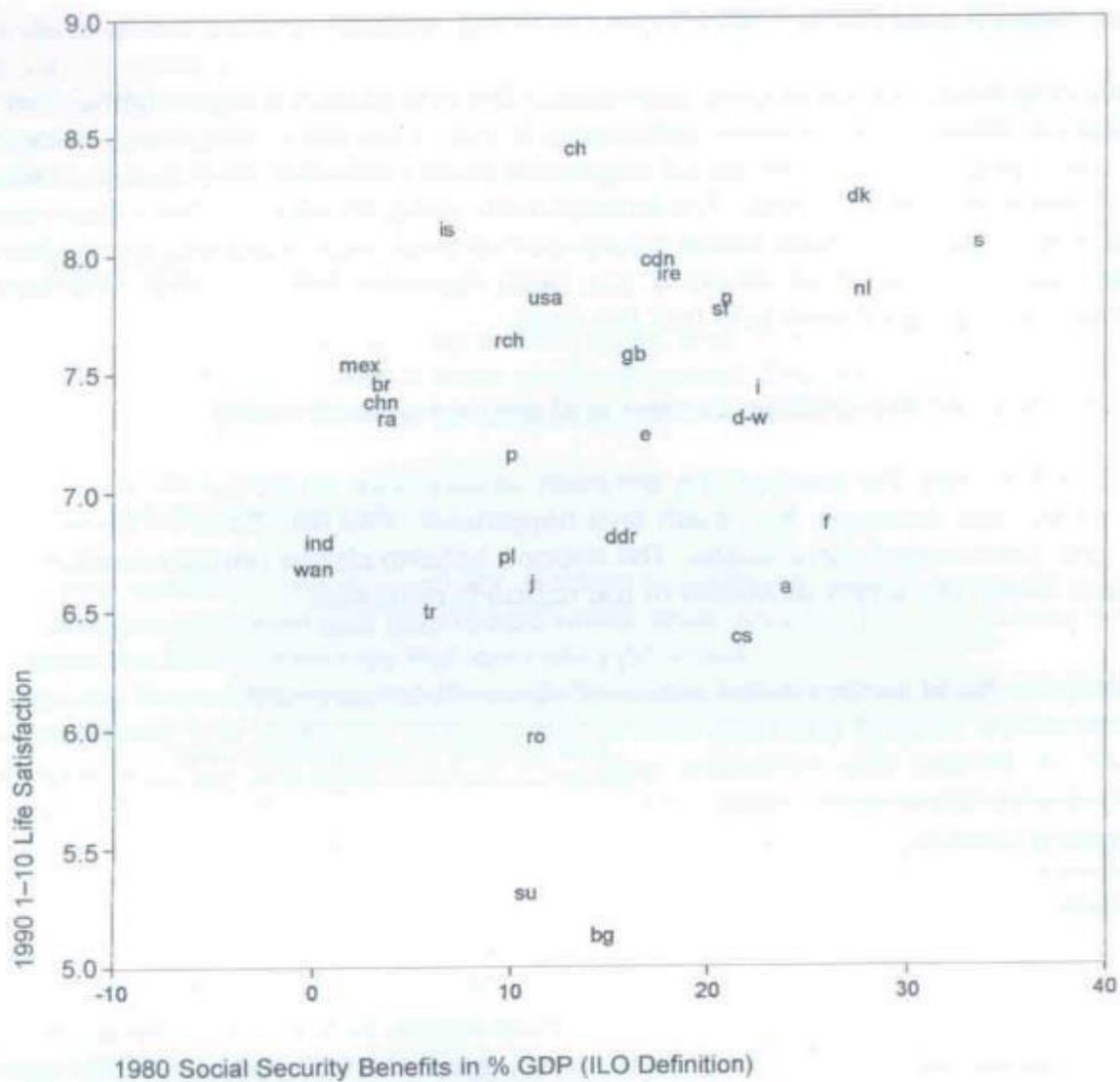
Fonte: Easterlin (2010)

A segunda descoberta importante, feita por psicólogos (KAHNEMAN, 2006; GILBERT, 2006), é a adaptação, também chamada de esteira hedônica. Supreendentemente as pessoas geralmente jugam errado o que lhe fazem realmente felizes, pois não conseguem levar em consideração a duração da felicidade ou infelicidade que determinado evento trouxe em suas vidas. Ou seja, o que se considera um evento que lhe traz felicidade são fenômenos que nos adaptamos muito rapidamente e o sentimento prazeroso desaparece.

Os economistas Alesina, Di Tella e MacCulloch (2009) são os autores da terceira descoberta. Suas pesquisas apontaram que o crescimento da desigualdade de renda ocorrido nos EUA nos últimos 35 anos não tornou os americanos mais insatisfeitos. Aqui ocorre outra surpresa. Identificou-se que na população com renda abaixo da média nacional não houve alteração na percepção média de felicidade nas últimas décadas. E que na população mais rica houve uma perceptível queda na média de felicidade. O mesmo resultado foi registrado na Europa por Veenhoven (2005).

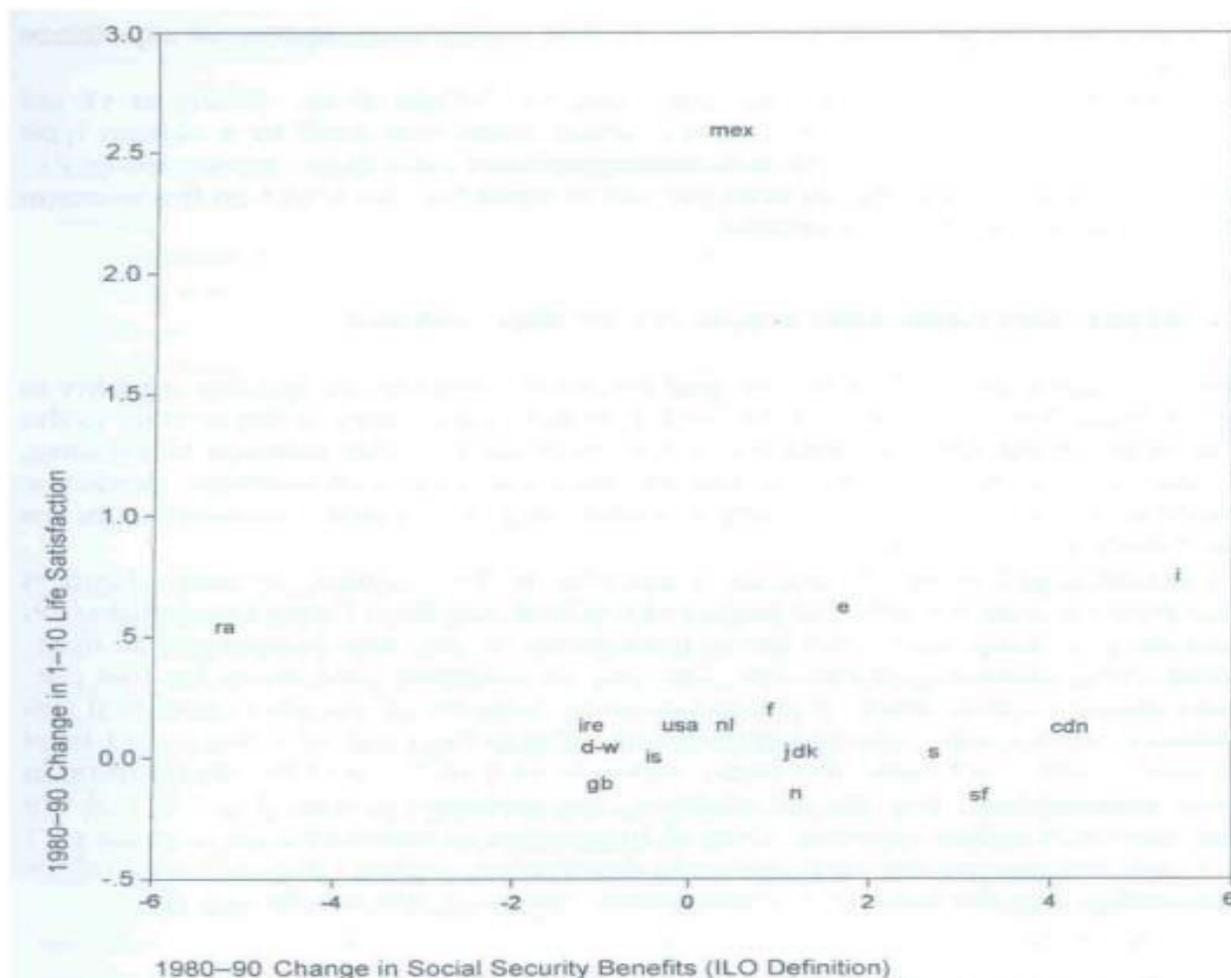
O quarto resultado polêmico foi realizada por este último pesquisador. Veenhoven (2000) não encontrou em suas pesquisas nenhuma correlação entre a porcentagem do PIB destinados pelos governos para as políticas sociais (previdência e sistemas de saúde, por exemplo) com a percepção de felicidade da população que é usuária do sistema.

Gráfico 2 – Tamanho do Estado de Bem-estar social e média de satisfação com a vida em 32 países em 1990



Fonte: Veenhoven (2000)

Gráfico 3 – Crescimento/diminuição do Estado de Bem-estar social e o aumento/queda da média de satisfação com a vida em 31 países entre 1980 e 1990



Fonte: Veenhoven (2000)

A partir das características e resultados apresentados pela literatura de bem-estar subjetivo, como exposto acima, nota-se a defesa pelo uso conjunto de indicadores objetivos e subjetivos. Pois a realidade objetiva não é toda a realidade e o compromisso com a objetividade do nosso eficaz método científico acarreta em efeitos colaterais negativos, pois “condena o investigador a uma postura cognitiva que faz do objeto do conhecimento, seja qual for, uma superfície vazia de experiência e destituída de subjetividade” (GIANNETTI, 2002, P.32-33). De tal modo que o bem-estar humano abarca dois componentes básicos, a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva, assim descritas pelo autor:

Existe uma dimensão objetiva, passível de ser publicamente apurada, observada e medida de fora, e que se reflete nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, uso do tempo, renda per capita, desigualdade, criminalidade, poluição e assim por diante; e há uma dimensão subjetiva, que é a experiência interna do indivíduo, ou seja, tudo aquilo que se passa em sua mente de forma espontânea enquanto ele vai vivendo e agindo no decorrer dos dias e que volta e meia ocupa sua atenção consciente nos momentos em que ele se dá conta do que está sentindo e pensando ou reflete sobre a vida que tem levado (GIANNETTI, 2002, p.61).

O economista inglês Richard Layard, em seu livro *Felicidade: lições de uma nova ciência* (2008), destaca sete grandes fatores-chave para a felicidade, sendo os cinco primeiros em ordem de importância: relacionamentos familiares, situação financeira, trabalho, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais. Ele analisa o levantamento do *World Values Survey*, realizado em 2000, no qual 90 mil pessoas em 46 países situam sua felicidade em uma escala de 10 a 100, relacionando às várias características de sua vida. No quadro abaixo é mostrado o efeito na felicidade destas na felicidade das pessoas.

Tabela 1 - Efeito dos sete grandes fatores-chave da felicidade

<b>Fatores-chave</b>	<b>Queda na felicidade (pontos)</b>
<b>Situação financeira</b>	
Redução de um terço na renda familiar	2
<b>Relacionamentos familiares</b>	
Divorciado (em vez de casado)	5
Separado (em vez de casado)	8
Viúvo (em vez de casado)	4
Nunca se casou (em vez de casado)	4,5
Coabitando (em vez de casado)	2
<b>Trabalho</b>	
Desempregado (em vez de empregado)	6
Inseguro no emprego (em vez de seguro)	3
Índice de desemprego de até 10 pontos percentuais	3
<b>Comunidade e amigos</b>	
“Geralmente pode-se confiar nas pessoas” Porcentagem de cidadãos dizendo sim caindo 50 pontos percentuais	1,5
<b>Saúde</b>	
Saúde subjetiva caindo 1 ponto (em uma escala de 5 pontos)	6
<b>Liberdade pessoal</b>	
Qualidade do governo	5
<b>Valores pessoais</b>	
“Deus é importante na minha vida” Você diz não para isso em vez de sim	3,5

Fonte: Layard (2008, p.84)

Um fator-chave de caráter subjetivo importante, mas pouco levado em consideração nas políticas públicas é “Comunidade e amigos”, que tem como essência a percepção de confiança. Dois pontos da confiança influenciam o sentimento de felicidade das pessoas. Um é a confiança nas pessoas conhecidas ou desconhecidas. O outro ponto é a confiança nas instituições e a sensação de qualidade dos serviços públicos. Os cientistas sociais denominaram a qualidade de nossa comunidade de promover boas relações sociais, amizades e os sentimentos de segurança e confiança de “capital social” (Putnam, 2000). Não é algo fácil de mensurar, mas esta pergunta simples pode trazer resultados bem interessantes quando comparados entre países e culturas diferentes: “Em geral, você diria que pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca é demais ter cuidado com elas?” Isso foi perguntado no *World Values Survey* e a proporção de quem diz “Sim, posso confiar na maioria das pessoas” varia de 5% no Brasil a 64% na Noruega. No caso das instituições públicas, segundo o Índice de Confiança na Justiça (FGV, 2012), o Congresso Nacional alcançou 22% e os Partidos Políticos apenas 5%. A falta de confiança nas pessoas e nas organizações comunitárias e públicas, por consequência do que vivenciamos em nossas relações sociais e na baixa qualidade dos governos, afetam drasticamente nossa sensação de bem-estar.

Outro exemplo de caráter subjetivo é o fator-chave “Valores pessoais”. Em 2012, o Instituto Gallup realizou uma pesquisa mundial em 148 países, perguntando a 1.000 pessoas em cada um sobre como via a vida e se tinha sentimentos alegres no dia anterior. Muitos países ricos tiveram indicadores negativos e, inversamente, países pobres tiveram resultados positivos. Constatou-se que um dos principais fatores de felicidade dos latino-americanos é a religião. Outros fatores são a relação com a família e os amigos, apesar de uma realidade econômica menos favorável que os países desenvolvidos. Resultados que vêm ao encontro de grandes pesquisas, como a supracitada *World Values Survey*, a *U.S. General Social Survey*, a *German Socioeconomic Panel*, a *Eurobarometer Survey*, a *World Happiness Report*, dentre outras.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Natureza do Estudo

Neste subcapítulo descrevemos o **modelo triádico de paradigma e experiência**, caracterizado como um *soft systems analysis*, desenvolvido por Stephen Sterling (2003), e que será usado como quadro analítico para a literatura selecionada sobre felicidade. O autor desenvolve este modelo para ser empregado como quadro analítico de desenhos de sistemas complexos (*whole systems design*) voltados para a educação em um contexto de sustentabilidade (*whole systems view of sustainability*). O referencial teórico deste modelo tem quatro bases: Pensamento Sistêmico, Tradição Indígena (*indigenous worldview*), Organicismo/Ecologismo e Complexidade.

Neste modelo, são sugeridos três domínios do conhecimento e experiência humana: *Seeing*, *Knowing* e *Doing*. Representando e ilustrando características fundamentais para a criação do que Sterling (2003) denomina de **visão ecológica pósmoderna** (*postmodern ecological worldview*), a saber: re-perceber (*re-perception*), reconhecer (*re-knowing*) e re-fazer (*realisation*). Para facilitar a compreensão do texto e das expressões, adota-se uma tradução livre dos três domínios do conhecimento e experiência humana baseado nas suas respectivas características citadas acima. De tal forma que, as expressões *Seeing*, *Knowing* e *Doing* serão traduzidas como Sentir, Pensar e Agir.

Estes domínios seguem aspectos comuns básicos do pensamento sistêmico (STERLING, 2003, p.421):

- a) Conhecimento Pessoal - relaciona-se com a percepção, consciência, intuição e valores.
- b) Conhecimento Propositivo - relaciona-se com construções teóricas e conceitos.
- c) Conhecimento Prático – relaciona-se com metodologia, ferramentas e habilidades.

O diferencial deste método, segundo o próprio Sterling (2013:423), é que muitas escolas do pensamento sistêmico concentram-se demasiadamente com a metodologia, ou seja, apenas o terceiro aspecto a ser considerado. Além disso, em uma

cultura tecnocêntrica, costuma-se ter a prevalência de uma única metodologia. Outra característica é que tal cultura centra-se no problema (*problem-centred*). O pensamento sistêmico deve ser direcionado através de metodologias de resolução de problema (*problem-solving methodology*) e analisados a partir dos três domínios e não apenas um ou outro.

Quadro 4 - Aspectos e dimensões do Sentir, do Pensar e do Agir

ASPECTOS	Domínio do Sentir	Domínio do Pensar	Domínio do Agir
Dimensão do compreensão ( <i>cognition</i> )	Percepção	Compreensão/ concepção	Prática
Dimensão do conhecimento ( <i>knowing</i> )	Epistemologia	Ontologia	Metodologia
Dimensão da crença ( <i>belief</i> )	Ethos	Eidos	Praxis

Fonte: Sterling (2003, p.423)

Para validar e exemplificar o modelo triádico de paradigma e experiência, o autor elabora uma lista de trinta e cinco “descritores” presentes nos três domínios:

Quadro 5 - Domínios do conhecimento, experiência e aprendizado humano: uma tentativa de lista de descritores

Domínio do Sentir	Domínio do Pensar	Domínio do Agir
Epistemologia	Ontologia	Metodologia
Ethos	Eidos	Praxis
Ético	Teórico	Técnica
Empírico	Propositivo	Prático
Conhecer	Ser	Trasnformar
Estética	Ciência	Arte/ Tecnologia
Filosofia	Teoria	Prática
Intuição	Intelecto	Capacidade/habilidade
Sentir	Pensar	Agir
Espírito	Mente	Corpo
Metáfora	Teoria	Ferramenta
Intencional	Descritivo	Participativo
Afetivo	Racional	Conativo
Valor	Conhecimento	Habilidade
Imaginação	Rigor	Relevância
Coração	Cabeça	Mãos
Introspecção	Retrospectiva	Preventivo
Visão	Imagem	Desenho
Por quê	Q quê	Como

Fonte: Sterling (2003, p.424)

O Domínio do Sentir é o **como nós sabemos e como nós vemos**. Relaciona-se com a forma como nós vemos o mundo, fazemos dar sentido a ele e como nossos filtros afetam nossas experiências. Liga-se ao sistema de crença, afetividade e criatividade. Para a descrição de um sistema integrado é o lócus da **análise epistemológica**.

Já o Domínio do Pensar é a **nossa interpretação do mundo**, o significado que atribuímos e expressamos através de nossas histórias, conceitos e teorias. Liga-se à forma como concebemos e representamos o mundo para nós mesmo e para o outro. Para a descrição de um sistema integrado é o lócus da **análise ontológica**.

Por fim, o Domínio da Realização é o **como participamos ativamente do mundo** através de nossas capacidades, habilidades, ferramentas, métodos, etc. Liga-se à forma como interferimos e nos comportamos no mundo e com os outros. Para a descrição de um sistema integrado é o lócus da **análise metodológica**.

Conclui Sterling (2003, p.425) que seu modelo possui dois pontos diferenciais, levando em consideração duas observações:

*I find this simple model helps me understand our way of thinking and experience. It also helps indicate the meaning of the more 'integrative consciousness' that arises from epistemic learning. A first observation perhaps, is that in Western culture, while all three áreas of knowing are inevitably operative, they tend to be desintegrated in our consciousness rather than mutually informing. Second, that diferent groups tend to focus on or in one area, or two areas, rather than all three (STERLING, 2003:425)*

De tal modo que, para construir ou analisar algo deve-se fazê-lo buscando sua **inteireza sistêmica**, através do uso dos três domínios bases do pensamento sistêmico. Assim, para Sterling (2003, p.427):

*(...) the necessary shifts from mechanistic thinking towards ecological or whole systems thinking, in individuals, groups and wider society, can be represented and summarised by three key words **extension, connection and integration**.*

O quadro a seguir organiza estas mudanças necessárias apontadas pelo autor.

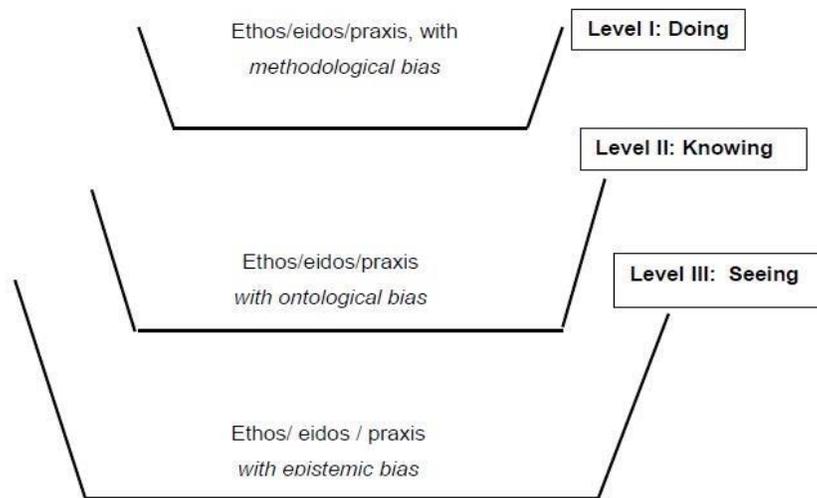
Quadro 6 – Mudanças nos três domínios associados ao sistema sistêmico

<b>Domínio do Sentir</b>	<b>Domínio do Pensar</b>	<b>Domínio do Agir</b>
<u>Suposições</u>	<u>Distinções</u>	<u>Intenção/ação</u>
Extensão	Conexão	Integração
Re-percepção	Re-conhecer	Realização
Compaixão	Compreensão	Sabedoria

Fonte: Sterling (2003, p.428)

Um resumo do modelo triádico apresentado por Sterling (*op. cit.*, p.430) pode ser então resumido com o seguinte diagrama.

Diagrama 3 - Combinando o modelo de níveis de aprendizagem com o sistema sistêmico



Fonte: Sterling (2003, p.430)

### 3.2 Métodos

O levantamento de dados, enquanto pilar fundamental da pesquisa científica, é realizado via fontes das mais variadas através dos métodos e técnicas, podendo ser coletados de forma direta ou indireta. A primeira forma é realizada onde os fenômenos estudados ocorrem, seja por meio de pesquisas de laboratório ou de campo. A segunda forma faz uso de dados e informações coletados por terceiros através de fontes primárias,

a pesquisa documental, ou de fontes secundárias, a pesquisa bibliográfica (MARCONI;LAKATOS, 2001, p.43). Segundo os autores, neste último tipo de pesquisa:

*(...) trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. (MARCONI;LAKATOS, 2001, p.43-44)*

Para esta dissertação, foi escolhida a pesquisa bibliográfica e os métodos levantamento bibliométrico e análise da literatura. O estudo bibliométrico quantifica, descreve e realiza prognósticos a respeito da comunicação científica (GUEDES;BORSCHIVER, 2005), auxiliando o pesquisador no delineamento e direcionamento de seu pesquisa, como, por exemplo, decidir quais autores destacar em uma revisão bibliográfica, analisar a incidência do tema no mundo acadêmico, identificar lacunas no conhecimento em determinada área, etc.

O presente trabalho tem o intuito de identificar como o tema da felicidade relacionada às políticas públicas tem sido abordado no âmbito acadêmico, permitindo levantar informações acerca da produtividade de livros, teses e artigos sobre o tema, assim como identificar quais são os autores e revistas com o maior número de publicação. Visa-se identificar os assuntos mais estudados no contexto da felicidade e políticas públicas, assim como os que ainda têm sido pouco explorados. Além disso, fornecerá uma espécie de panorama acerca das publicações na área, recurso importante para os que desejam pesquisar ou desenvolver trabalhos sobre o assunto.

No capítulo introdutório e no referencial teórico, alguns procedimentos metodológicos já foram realizados: a) busca inicial da literatura, com o intuito de compreensão do tema e o problema a serem investigados na pesquisa; b) ratificou-se a compatibilidade da escolha do tema com as qualificações pessoais, profissionais e acadêmicas do pesquisador. Em seguida, c) demonstrou-se a relevância do estudo para a área acadêmica da avaliação de políticas públicas. A partir deste momento, foi possível d) delinear o escopo da pesquisa de forma clara. O objetivo da escolha deste tipo de pesquisa é analisar o objeto e os fenômenos desta problemática a partir das informações levantadas e selecionadas na literatura por meio da identificação das distintas

concepções, fundamentos, correntes teóricas e autores mais relevantes, posicionando-se em relação a cada um destes pontos.

Portanto, como exposto acima, já realizado os primeiros procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica concernentes à introdução e referência bibliográfica, explanar-se-á os próximos procedimentos:

- a) levantamento bibliográfico sobre o tema/problema;
- b) seleção do material relevante;
- c) leitura e análise do material selecionado;
- d) construção de texto, a partir da reflexão e inferências.

Com o intuito de alcançar um número expressivo da produção científica acerca da temática da felicidade e políticas públicas foi realizada busca eletrônica em diferentes bases de dados:

- a) Livros Artigos de periódicos: Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico.
- b) Sítios na internet: instituições específicas.

A pesquisa em cada uma das referidas bases foi norteada pela associação das palavras felicidade (*happiness*) e bem-estar subjetivo (*subjective well-being*) com a expressão (*public policy*). Assim, a obtenção das publicações ocorreu através do pareamento entre estas palavras e estas expressões a cada procedimento de busca eletrônica efetuado. E, após a organização de todo o material obtido, as referências de cada artigo (autor, título, fonte, ano de publicação) devem ser organizadas numa tabela.

A seleção do material relevante, próximo procedimento metodológico, deve levar em consideração alguns pontos, como o número de citações e o número de publicações por pesquisador, ou seja, referendada pela comunidade científica da área.

O fichamento tomará como referência a estrutura elaborada por Amaral (2007), sendo adaptada em alguns elementos:

- a) Referências
- b) Palavras-chave
- c) Objetivos
- d) Delineamento
- e) Local

- f) Participantes
- g) Principais Resultados
- h) Análise
- i) Comentários

A literatura selecionada será analisada a partir do quadro conceitual das três dimensões do pensamento sistêmico, elaborado por Stephen Sterling (2003):

- a) dimensão epistemológica;
- b) dimensão ontológica;
- c) dimensão metodológica.

E o produto desta análise passará por um segundo olhar, o da literatura do referencial teórico. De tal modo a refletir o quanto a produção acadêmica sobre felicidade e políticas públicas alinha-se às novas visões de desenvolvimento, à atual perspectiva do pensamento sistêmico nas políticas públicas e à evolução do estudo da felicidade.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

“Por que não deveríamos começar a colher os frutos espirituais de nossas conquistas materiais?” (KEYNES, 1927)

O capítulo Análise e Discussão é dividido em três subcapítulos. O primeiro *Felicidade e Políticas Públicas no Mundo Acadêmico* caracteriza a produção acadêmica sobre felicidade e políticas públicas de acordo com a metodologia selecionada no capítulo anterior, tendo por base a pesquisa bibliométrica. Traçando-se assim o cenário no qual o estudo do tema vem trilhando. No segundo subcapítulo, *Felicidade e Políticas Públicas à Luz do Referencial Teórico e do Modelo Triádico de Paradigma e Experiência*, as principais obras e pesquisadores, de acordo com a pesquisa bibliométrica, são apreciados a partir do quadro analítico baseado modelo triádico de paradigma e experiência (STERLING, 2003). Através deste processo aprecia-se a proximidade e a possibilidade de agregar à perspectiva sistêmica defendida nesta dissertação. Com base na discussão do referencial teórico, discute-se a produção acadêmica levantada, refletindo-se a partir dos conceitos apresentados no referencial teórico. De tal modo a refletir o alinhamento às novas visões de desenvolvimento, à atual perspectiva do pensamento sistêmico nas políticas públicas e à evolução do estudo da felicidade.

### 4.1 Felicidade e Políticas Públicas no Mundo Acadêmico

Para traçar o quadro evolutivo da produção acadêmica sobre felicidade e políticas públicas foram realizadas buscas eletrônicas em diferentes fontes. No Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), biblioteca virtual que reúne um acervo internacional de 130 bases referenciais com mais de 35 mil títulos com texto completo. Utilizou-se também o Google Acadêmico, ferramenta que classifica os resultados de pesquisa segundo a relevância, onde as referências caracterizadas como mais úteis são exibidas no começo da página, fornecendo informações como a existência virtual do texto integral de cada artigo, o autor,

a publicação em que o artigo saiu e a frequência com que foi citado em outras publicações acadêmicas. Além disso, os sítios eletrônicos na internet de instituições específicas foram acessados para adquirir mais informações sobre as obras, os pesquisadores, entre outros.

A primeira busca foi realizada no Portal de Periódicos da Capes em maio de 2013, contudo, percebeu-se a inconsistência de certas informações e a necessidade de outras não coletadas. Assim, a busca utilizada nesta análise foi levantada nos dias 25 de setembro e 28 de outubro de 2013. No total efetuou-se três buscas com os seguintes assuntos: *happiness*, *happiness* AND “*public policy*” e “*subjective well-being*” AND “*public policy*”.

O primeiro fato observado é a proporção muito baixa do número total de publicações encontradas que relaciona a felicidade com as políticas públicas, apenas 3%, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 2 – Informações gerais da pesquisa bibliométrica

<b>Informações Gerais</b>			
<b>Data da pesquisa</b>	25/09/2013	25/09/2013	24/10/2013
<b>Assunto</b>	happiness	happiness AND "public policy"	"subjective well-being" AND "public policy"
<b>Nº total de publicações encontradas no Portal de Periódicos CAPES</b>	231.953	7.143	808
<b>Recursos online</b>	171.135	5.894	619
<b>Periódicos revisados por pares</b>	98.744	5.321	712

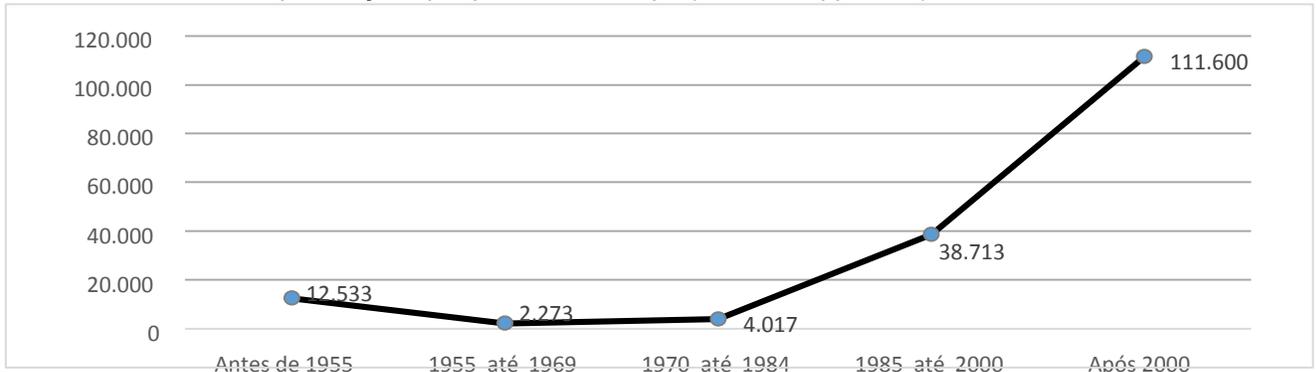
Fonte: Elaborado pelo Autor

As mesmas buscas foram realizadas em língua portuguesa, contudo, não encontrou-se nenhuma publicação relacionando política pública e felicidade, tendo apenas uma ligada ao bem-estar subjetivo, mas que não contribui para a discussão aqui realizada.

Apesar da baixa proporção do número de publicações, confirma-se o apontamento dos pesquisadores da área sobre o crescimento vertiginoso da produção acadêmica nas três buscas realizadas, particularmente na última década. Desde o ano de 2000 o número de publicações chega a 116.600 para o assunto Felicidade, 5.406 para

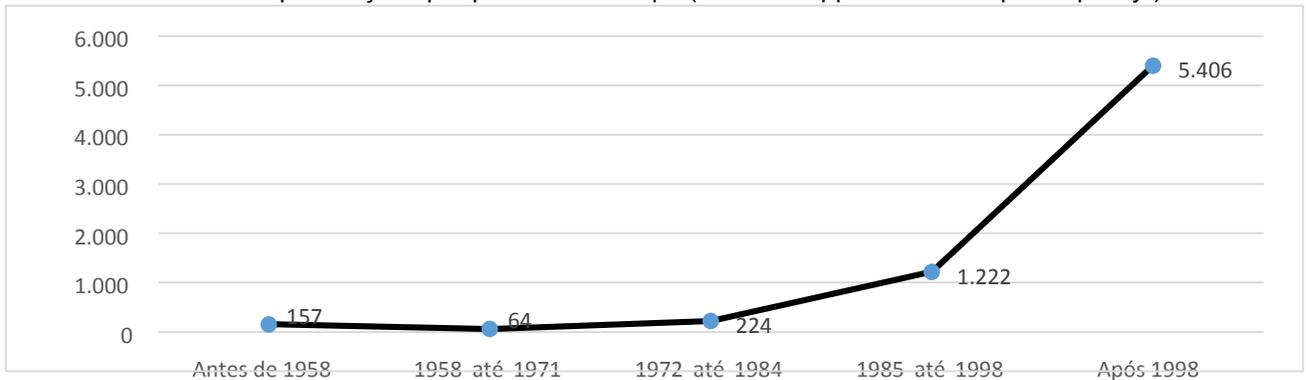
o assunto Felicidade de Políticas Públicas e 541 para Bem-estar Subjetivo e Políticas Públicas.

Gráfico 4 – Número de publicações por período de tempo (busca: “happiness”)



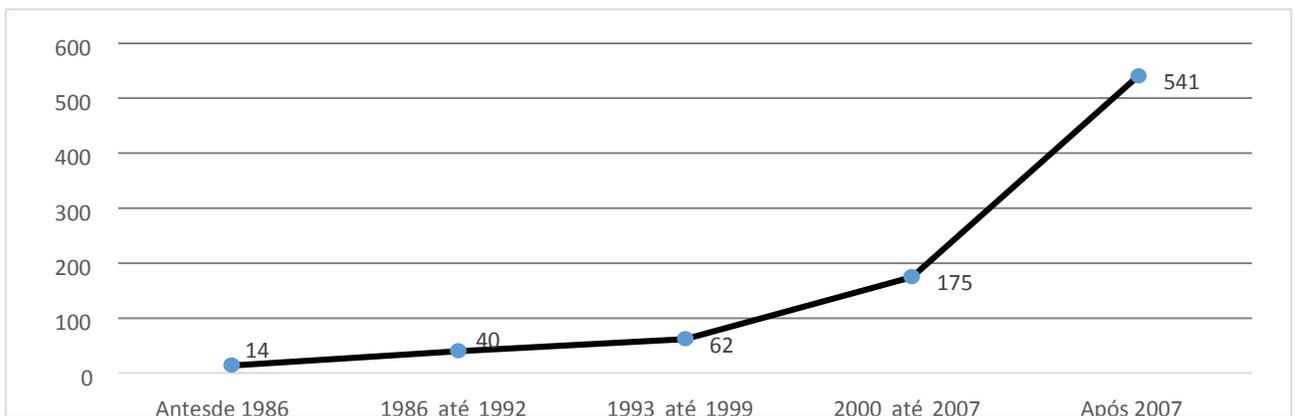
Fonte: Elaborado pelo Autor

Gráfico 5 – Número de publicações por período de tempo (busca: “happiness” AND “public policy”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

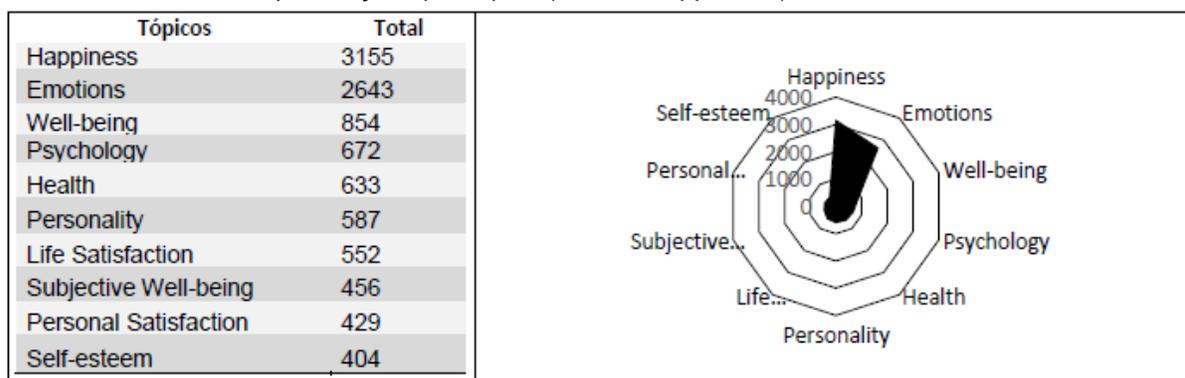
Gráfico 6 – Número de publicações por período de tempo (busca: “subjective well-being” AND “public policy”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

A baixa proporção constatada para as políticas públicas no campo de estudo da felicidade, contudo, não pode ser considerado como “marginalização”. A pulverização de recortes e objetos de pesquisa é uma tendência do campo, visto que ele perpassa variadas áreas do saber, confirmando também a outra característica apontada até o momento pelos pesquisadores de multidisciplinaridade. Os gráficos abaixo elencam os dez principais tópicos em cada uma das três buscas realizadas. No gráfico 7, relativo a Felicidade, percebe-se o predomínio de tópicos ligados à psicologia, contudo, nesta dissertação, não pode-se detectar através da bibliometria, e portanto afirmar, se tais tópicos possuem representam tendência de visão interdisciplinar.

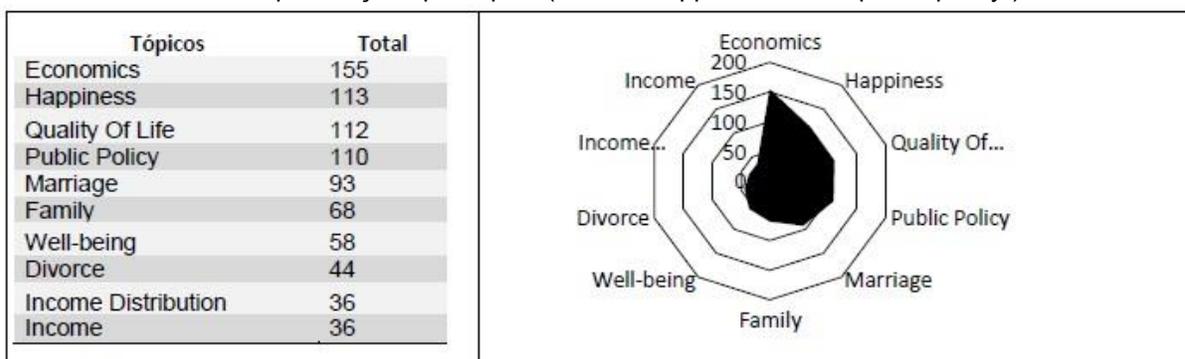
Gráfico 7 – Número de publicações por tópico (busca: “happiness”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

Já quando analisamos a distribuição dos principais tópicos relacionados a Felicidade e Políticas Públicas, percebe-se uma variedade maior de áreas do saber, com destaque para a economia.

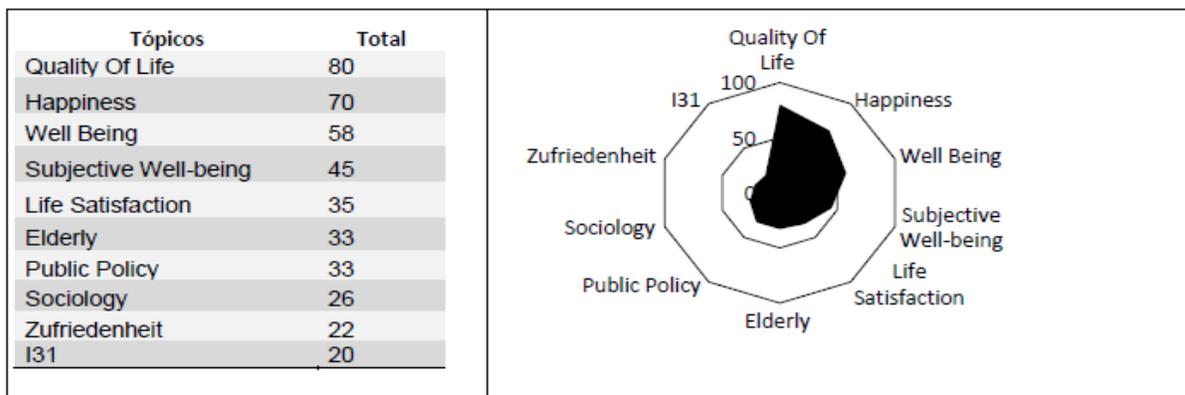
Gráfico 8 – Número de publicações por tópico (busca: “happiness” AND “public policy”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

Para a busca Bem-estar Subjetivo e Políticas Públicas a fragmentação dos tópicos não nos permite fazer uma correlação consistente com as áreas do saber, devido a tópicos caracterizados mais como objeto e recorte do que como subárea ou tema marcante de uma ciência específica, como, por exemplo, “Qualidade de Vida” e “Envelhecimento”. Autores importantes, como veremos adiante, entretanto, adotam este termo.

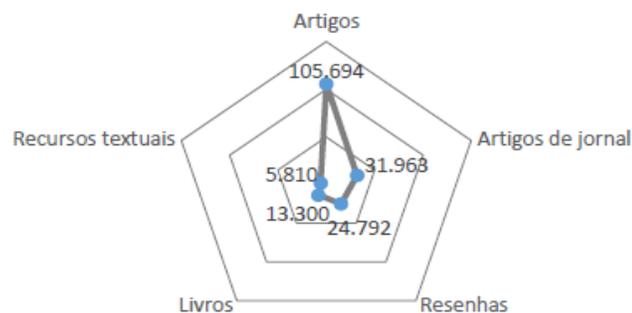
Gráfico 9 – Número de publicações por tópico (busca: “subjective well-being” AND “public policy”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

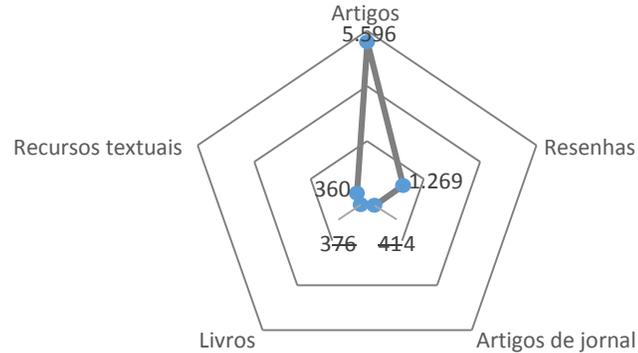
Quando analisa-se o tipo de pesquisa, a predominância dos artigos é um fato esperado. O que vale destacar é o número de livros, alcançando 13.300 para o tema Felicidade e 376 para Felicidade e Políticas Públicas. Este número cai consideravelmente na terceira busca, apenas 22 livros, mas acompanhando a tendência do volume menor de publicações.

Gráfico 10 – Número de publicações por tipo de pesquisa (busca: “happiness”)



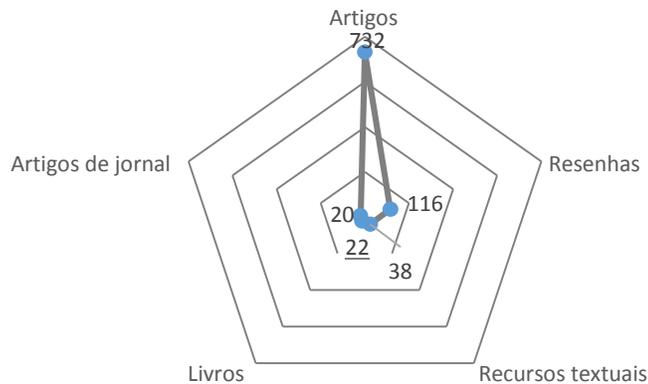
Fonte: Elaborado pelo Autor

Gráfico 11 – Número de publicações por tipo de pesquisa (busca: “happiness” AND “public policy”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

Gráfico 12 – Número de publicações por tipo de pesquisa (busca: “subjective well-being” AND “public policy”)



Fonte: Elaborado pelo Autor

A análise do número de publicações por idioma é um importante elemento para descobrir suas origens. E o resultado impressiona, com o domínio da língua inglesa representando quase a totalidade nas três buscas. Tanto no tema Felicidade quanto em Felicidade e Políticas Públicas o inglês corresponde a 98% das publicações e na terceira busca 95%. A informação não significa que este número necessariamente iguala-se à origem dos pesquisadores, mas mostra a força dos países anglo-saxões no estudo do tema.

Tabela 3 – Número de publicações por idioma e pesquisa

Idioma	"happiness"	"happiness" AND "public policy"	"subjective well-being" AND "public policy"
Inglês	143.393	6125	775
Alemão	923	105	37
Espanhol	568	10	3
Francês	404	5	0
Português	198	1	0
Japonês	86	0	0
Russo	50	0	0
Italiano	29	0	0
Norueguês	26	0	0
Holandês	15	1	0
Chinês	8	1	0
Húngaro	2	1	0

Fonte: Elaborado pelo Autor

Quando classifica-se os periódicos mais produtivos, o domínio dos países anglosaxões é confirmado como referência mundial no debate acadêmico da felicidade. Outro resultado apresentado confirma e complementa o que foi revelado no levantamento da diversidade dos tópicos. Com a apreciação dos periódicos, percebe-se claramente a multidisciplinaridade, com destaque aqui, em ordem de importância, para a psicologia, a economia, as políticas públicas, a ecologia e a saúde. Observa-se inclusive dois periódicos com as expressões “interdisciplinar” e “transdisciplinar” em seus títulos, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 7 – Classificação dos periódicos mais produtivos por pesquisa

"happiness"		"happiness" AND "public policy"		"subjective well-being" AND "public policy"	
Título do Periódico	Total	Título do Periódico	Total	Título do Periódico	Total
Journal of Personality and Social Psychology	1.328	Journal Of Socio-economics	52	Social Indicators Research	24
Personality And Individual Differences	676	The journal of socio-economics	42	Journal Of Economic Psychology	21
New Statesman (1996)	656	Social Science & Medicine	41	Journal of socio-economics	18
Social Indicators Research	651	Ecological Economics	31	The journal of socio-economics	17
Newsweek	379	Journal of Economic Psychology	30	Social indicators research: an international and interdisciplinary journal for quality-of-life measurement	16
New Scientist	261	Journal Of Economic Behavior And Organization	20	Ecological Economics	13
Journal of Economic Psychology	238	Social Indicators Research	19	Journal of economic psychology: research in economic psychology and behavioral economics	12
Journal of SocioEconomics	227	Social Research	14	Journal of Personality and Social Psychology	12
The journal of socioeconomics	202	Journal of Happiness Studies	12	Ecological economics: the transdisciplinary journal of the International Society for Ecological Economics	9
Psychological Science	145	Library Journal	9	Social Forces	8

Fonte: Elaborado pelo Autor

Após traçar o cenário mais amplo do campo de estudo, o aprofundamento ocorre através do levantamento das obras mais citadas. Esta pesquisa foi realizada em 25 de junho de 2013 através da ferramenta virtual Google Acadêmico, buscando-se as palavras-chave: *happiness* AND "*public policy*". E o principal resultado é a prevalência da economia como principal força de análise da felicidade nas políticas públicas. O nível de interdisciplinaridade será visto caso a caso no estudo destas obras e seus autores. Mas já pode-se destacar a importância do impacto da renda e da performance macroeconômico na felicidade, além da própria indagação dos pesquisadores sobre a viabilidade e as possibilidades de tratar o tema da felicidade como elemento complementar ou, até mesmo norteador, das políticas públicas. O quadro abaixo classifica as 25 obras mais citadas em ordem crescente.

Quadro 8 – Classificação das obras mais citadas em ordem crescente

Ordem	Título	Autor	Período/Editora	Nº de citações
1	What can economists learn from happiness research?	FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois	Journal of Economic literature, v. 40, n. 2, p. 402-435, 2002	2164
2	Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being.	FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois	Princeton University Press, 2010	1985
3	Will raising the incomes of all increase the happiness of all?	EASTERLIN, Richard A.	Journal of Economic Behavior & Organization, v. 27, n. 1, p. 35-47, 1995	1696
4	Happiness and economic performance.	OSWALD, Andrew J.	The Economic Journal, v. 107, n. 445, p. 1815-1831, 1997	1532
6	Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness.	DI TELLA, Rafael; MACCULLOCH, Robert J.; OSWALD, Andrew J.	The American Economic Review, v. 91, n. 1, p. 335-341, 2001	1071
8	The macroeconomics of happiness.	DI TELLA, Rafael; MACCULLOCH, Robert J.; OSWALD, Andrew J.	Review of Economics and Statistics, v. 85, n. 4, p. 809-827, 2003	853
7	The role of income aspirations in individual happiness. Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being	STUTZER, Alois.	Journal of Economic Behavior & Organization, v. 54, n. 1, p. 89-109, 2004	607
8	Explaining happiness.	DOLAN, Paul; WHITE, Mathew P.	Journal of Economic Psychology 29 (2008) 94-122	588
8	Human satisfactions and public policy.	EASTERLIN, Richard A.	Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 100, n. 19, p. 11176-11183, 2003	544
10	Development, freedom, and rising happiness: A global perspective (1981-2007).	LAYARD, Richard.	The Economic Journal, v. 90, n. 360, p. 737-750, 1980	356
11	Happiness: has social science a clue?	INGLEHART, Ronald et al.	Perspectives on psychological science, v. 3, n. 4, p. 264-285, 2008	321
12	Well-Being, Social Capital and Public Policy: What's New?	LAYARD, Richard.	Lecture 1: what is happiness? Are we getting happier?, 2003	319
13	Happiness and public policy: a challenge to the profession.	HELLIWELL, John F.	The Economic Journal, v. 116, n. 510, p. C34-C45, 2006	290
14	Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness.	LAYARD, Richard.	The Economic Journal, v. 116, n. 510, p. C24-C33, 2006	266
16	In pursuit of happiness and good government.	HAGERTY, Michael R.; VEENHOVEN, Ruut.	Social indicators research, v. 64, n. 1, p. 1-27, 2003	230
17	Well-being for public policy.	MURRAY, Charles A.	New York: Simon and Schuster, 1988	201
17	The politics of happiness: What government can learn from the new research on well-being.	DIENER, Ed.	Oxford University Press, 2009	200
18	Happiness, markets, and democracy: Latin America in comparative perspective.	BOK, Derek.	Princeton University Press, 2010	168
18	The economics of happiness.	GRAHAM, Carol; PETTINATO, Stefano.	Journal of Happiness Studies, v. 2, n. 3, p. 237-268, 2001	163
20	Feeding the illusion of growth and happiness: A reply to Hagerty and Veenhoven.	GRAHAM, Carol.	World Economics, v. 6, n. 3, p. 41-55, 2005	158
21	Inequality and happiness: Insights from Latin America.	EASTERLIN, Richard A.	Social Indicators Research, v. 74, n. 3, p. 429-443, 2005	153
22	Hedonic adaptation and the role of decision and experience utility in public policy.	GRAHAM, Carol; FELTON, Andrew.	The Journal of Economic Inequality, v. 4, n. 1, p. 107-122, 2006	134
23	How can measures of subjective well-being be used to inform public policy?	LOEWENSTEIN, George; UBEL, Peter A.	Journal of Public Economics, v. 92, n. 8, p. 1795-1810, 2008	110
24	Happiness as an aim in public policy: The greatest happiness principle.	DOLAN, Paul; WHITE, Mathew P.	Perspectives on Psychological Science, v. 2, n. 1, p. 71-85, 2007	95
26		Veenhoven, Ruut.	2004	79

Fonte: Elaborado pelo Autor

Ao discriminar os pesquisadores destas 25 obras mais citadas, percebe-se claramente a relevância de um grupo de alto impacto tanto em termos de número de publicações quanto de citações. O primeiro quadro abaixo classifica os autores das obras elencadas no quadro 11 e destaca o número de cada obra de sua autoria dentro desta lista e o número total de citações do autor. Por exemplo, o economista Alois Stutzer possui quatro obras: a principal delas foi citada 2.164 vezes, a segunda 1985 vezes, a terceira 607 vezes e quarta 63 vezes, totalizando 4.819 citações em suas obras relacionadas à felicidade e políticas públicas.

Quadro 9 – Classificação dos pesquisadores mais citados em ordem crescente

<b>Pesquisador</b>	<b>1ª</b>	<b>2ª</b>	<b>3ª</b>	<b>Total</b>
STUTZER, Alois.	2164	1985	607	4756
FREY, Bruno S.	2164	1985	63	4212
OSWALD, Andrew J	1532	1071	853	3456
EASTERLIN, Richard A	1696	544	153	2393
DI TELLA, Rafael	1071	853		1924
MACCULLOCH, Robert J	1071	853		1924
LAYARD, Richard.	356	319	266	941
DOLAN, Paul	588	95		683
WHITE, Mathew P.	588	95		683
GRAHAM, Carol	163	158	134	455
INGLEHART, Ronald	321			321
VEENHOVEN, Ruut.	230	79		309
HELLIWELL, John F.	290			290
HAGERTY, Michael R.	230			230
MURRAY, Charles A.	201			201
DIENER, Ed	200			200
BOK, Derek	168			168
PETTINATO, Stefano	163			163
FELTON, Andrew	134			134
LOEWENSTEIN, George	110			110
UBEL, Peter A	110			110

Fonte: Elaborado pelo Autor

<b>Legenda</b>	de 101 a 300	de 301 a 600	de 601 a 1000	mais de 1000
----------------	--------------	--------------	---------------	--------------

Ao abranger esta pesquisa a partir da análise bibliométrica realizada no Portal de Periódico da Capes, examina-se que grande parte dos pesquisadores que são autores das obras mais citadas também são os mais produtivos. Destaca-se a presença de Ed Diener e Ruut Veenhoven na classificação da pesquisa Felicidade, além de Richard

Easterlin, que aparece em ambas as listas, tanto na de Felicidade quanto na de Felicidade e Políticas Públicas.

Podemos demonstrar assim que, apesar de apenas 3% da produção acadêmica levantada pela análise bibliométrica tratar de felicidade e políticas públicas, três dos cinco pesquisadores mais produtivos estudam com ênfase o tema. Revelando-se a proeminência deste recorte no campo de estudos da felicidade.

Quadro 10 – Classificação dos pesquisadores mais produtivos em ordem crescente e por pesquisa

"happiness"		"happiness" AND "public policy"		"subjective well-being" AND "public policy"	
Autor	Total	Autor	Total	Autor	Total
Diener, Ed	98	Graham, Carol	10	Dolan, Paul	9
Lyubomirsky, Sonja	37	Stutzer, Alois	6	Binder, Martin	9
Veenhoven, Ruut	32	Easterlin, Richard A.	6	Radcliff, Benjamin	5
Argyle, Michael	30	Frey, Bruno S.	5	Wood, Alex M.	3
Easterlin, Richard A.	20	Altman, Morris / Senik, Gowdy, John / Rojas, <u>Claudia / Calvo, Esteban</u> 2 Mariano 3			

Fonte: Elaborado pelo Autor

## 4.2 Felicidade e Políticas Públicas à Luz do Referencial Teórico e do Modelo Triádico de Paradigma e Experiência

A partir do que foi visto até o momento, neste subcapítulo os principais pesquisadores e obras são apreciados com base no quadro analítico do modelo triádico de paradigma e experiência (STERLING, 2003) e do referencial teórico escolhido. De tal modo que, busca-se identificar as distintas concepções e correntes teóricas, posicionando-se em relação a cada um destes pontos nas dimensões epistemológicas (Sentir), ontológicas (Pensar) e metodológicas (Agir).

Assim os autores são divididos em três momentos. No primeiro, são analisadas as obras de Richard Easterlin, Ruut Veenhovem e Ed Diener, autores clássicos e pioneiros do estudo da felicidade nas políticas públicas. No segundo momento, são revistos Bruno Frey, Alois Stutzer, Andrew Oswald, Rafael Di Tella e Robert Macculloch, cujo destaque em seus estudos é o papel da economia na felicidade.

Os economistas britânicos Richard Layard e Paul Dolan, que estudam a felicidade na prática das políticas governamentais, são analisados no terceiro momento.

#### **4.2.1 Os Pioneiros**

O economista americano Richard Easterlin, professor da *University of Southern California*, tornou-se prestigiado por seu artigo *Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence* (1974), no qual os resultados indicaram que, ao contrário da expectativa, a felicidade em nível nacional não aumenta com a riqueza, uma vez que as necessidades básicas sejam satisfeitas. Mas, apesar disso, constatou-se também que hoje, como no passado, dentro de um país e em um determinado momento, as pessoas com rendimentos mais elevados são, em média, mais felizes. Sua pesquisa foi pioneira e o mesmo resultado foi confirmado por inúmeras outras posteriores. Ao analisar a média de felicidade nos EUA nos últimos 50 anos, percebeu-se que as médias dos níveis de felicidade são praticamente a mesma do que meio século atrás. Este fenômeno ficou conhecido como Paradoxo de Easterlin. Derek Bok (2010, p. 5) identifica este resultado de Easterlin como a primeira importante descoberta do estudo da felicidade para as políticas públicas.

Em 1995, em seu artigo *Will raising the incomes of all increase the happiness of all?*, ele amplia os resultados de suas pesquisas afirmando que o aumento da renda de todos não aumenta a felicidade de todos. Isso ocorre porque as normas materiais que servem de bases de julgamento de bem-estar aumentam na mesma proporção que a renda real da sociedade. Estas conclusões são sugeridas pelos dados sobre felicidade relatado, as normas materiais e renda coletados em pesquisas em vários países ao longo da última metade do século. Easterlin propõe uma experiência simples para transmitir o raciocínio básico ao imaginar que sua renda aumente substancialmente, enquanto que a renda dos demais permanece a mesma. A pergunta então é: Será que você se sente melhor? Ele acredita que a resposta da maioria das pessoas seria "sim". Agora, Easterlin supõe que o seu rendimento permanece o mesmo enquanto que a renda de todos os outros aumente de forma substancial. A segunda pergunta é: Como você se sentiria? A suposição é que a maioria das pessoas dizem que se sentem menos abastados. Este

fenômeno ocorre porque os juízos de bem-estar pessoal são feitos por meio da comparação de uma situação social e econômica objetiva com uma norma subjetiva de estilo de vida, que é significativamente influenciada pelo nível médio de vida da sociedade como um todo. Se o nível de vida aumentar em geral, as normas subjetivas de nível de vida também vão aumentar. O indivíduo cuja renda não foi alterada vai se sentir ainda mais pobre, apesar de suas circunstâncias objetivas serem as mesmas de antes. Esta afirmação é baseada na teoria da utilidade relativa.

Já no artigo *Explaining happiness* (2003), Easterlin questiona sobre o que os dados das pesquisas sociais podem nos dizer sobre as determinantes da felicidade. Em sua visão, o primeiro ponto é que o modelo de análise utilizado pelos psicólogos é questionável. Para Easterlin, os eventos da vida que não envolvem a questão financeira, como o casamento e problemas graves de saúde, têm um efeito duradouro sobre a felicidade e não deve-se tratar estes eventos simplesmente como variáveis temporárias da genética ou da personalidade. Outro ponto levantado por ele é a inferência problemática dos economistas convencionais que no domínio financeiro acreditam que "mais é melhor". Um aumento na renda e, portanto, dos bens à sua disposição, não traz consigo um aumento duradouro na felicidade por causa do efeito negativo sobre a utilidade da adaptação hedonista e comparação social. A melhor teoria da felicidade baseia-se na evidência de que a adaptação e a comparação social afetam menos o julgamento de utilidade do que o domínio financeiro.

O segundo pesquisador pioneiro do estudo da felicidade e políticas públicas é o sociólogo holandês Ruut Veenhoven, professor da *Erasmus University*. Seu trabalho sobre o senso de satisfação subjetiva da vida e das condições sociais para a felicidade humana tem contribuído para o surgimento do interesse na felicidade como um objetivo de política pública. Além disso ele é diretor e fundador do *World Database of Happiness* e editor-fundador do *Journal of Happiness Studies*, duas das principais fontes de informações e pesquisas sobre o tema. Em suas pesquisas, Veenhoven busca mostrar que a felicidade pode ser usada como uma medida confiável para avaliar o progresso das sociedades. Seu trabalho foi uma das referências para ações das Nações Unidas que adotam medidas de felicidade com uma abordagem holística para o desenvolvimento.

Como exposto no referencial teórico, Veenhoven (2005) identificou o mesmo resultado na Europa que os economistas Alesina Di Tella e MacCulloch (2009) descobriu nos EUA. Suas pesquisas apontaram que o crescimento da desigualdade de renda não tornou a população mais insatisfeita. E que, além disso, não houve na população com renda abaixo da média nacional alteração na percepção média de felicidade nas últimas décadas. Ocorrendo surpreendentemente o contrário, foi na população mais rica que houve uma perceptível queda na média de felicidade.

O resultado mais importante alcançado por Veenhoven (2000) foi não ter encontrado em suas pesquisas nenhuma correlação entre a porcentagem do PIB destinados pelos governos para as políticas sociais (previdência e sistemas de saúde, por exemplo) com a percepção de felicidade da população que é usuária do sistema.

Em seu artigo *Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness* (VEENHOVEN; HAGERTY, 2003), Veenhoven discorda da afirmação de Easterlin (2003), baseada na teoria da utilidade relativa, que o aumento na renda produz maiores ganhos no nível de felicidade no curto prazo. Se a felicidade das pessoas depende da renda em relação aos outros (as comparações sociais), ou da renda em relação à sua própria renda anterior (adaptação), logo, o aumento da renda de todos não pode aumentar a felicidade média. Em contraposição, a teoria da utilidade absoluta prevê que a renda adicional permite que cada pessoa possa alcançar mais necessidades básicas, aumentando, assim, a felicidade média. Testes da teoria da utilidade absoluta contra os dois tipos de teorias da utilidade relativa já foram realizados anteriormente. Contudo, Veenhoven explica que foram refutados devido ao baixo poder estatístico utilizado, sendo, assim, interpretado incorretamente como prova contra os modelos de utilidade absoluta. Este seu estudo, ao contrário, possui melhor poder estatístico, incluindo séries de tempo mais longas, pela adição de 9 países com baixo PIB per capita e, em algumas análises, pelos países reunindo em camadas de renda. Os resultados mostram nenhum efeito para a comparação social entre os países, mas admitem o efeito da adaptação de forma parcial para novos aumentos da renda ao longo de um período de dois anos. E que o aumento da renda nacional acompanha sim o aumento da felicidade nacional, contudo, o efeito de curto prazo sobre a felicidade é maior do que o efeito a longo prazo para um dado aumento na renda.

Outro artigo importante de Veenhoven (2004), *Happiness as an aim in public policy: The greatest happiness principle*, trata das dúvidas filosóficas clássicas, à luz da pesquisa empírica recente sobre a satisfação de vida. O autor explica que a filosofia utilitarista que defende a felicidade como objetivo das políticas públicas encontra muitas objeções contra sua teoria moral, tanto por razões pragmáticas (tido como inviável) quanto por motivos ideológicos (tido como indesejável). Como resultado, o princípio é marginal na formulação de políticas. Contudo, Veenhoven defende que essas objeções não se aplicam e que a felicidade é um critério objetivo útil nas políticas públicas. O sociólogo aponta que as tentativas para melhorar a condições humanas começam normalmente com o combate à miséria, como a fome e as epidemias.

O psicólogo americano Ed Diener é um dos principais pesquisadores na área da felicidade. Sua definição de bem-estar subjetivo é a forma como as pessoas avaliam suas vidas tanto no momento presente quanto por períodos mais longos. Estas avaliações incluem as reações emocionais das pessoas aos eventos, os seus humores e os julgamentos que formam sobre sua satisfação com a vida, realização e satisfação com domínios como o casamento e trabalho (DIENER; OSHI; LUCAS, 2003, p.404).

*Our definition of well-being, then, is clearly a subjective one. People have wellbeing only when they believe that their life is going well, regardless of whether that life has pleasure, materials comforts, a sense of meaning, or any other objective feature that has been specified as essential for well-being. To be sure, any one of these componentes might turn out to be universally importante because all or most people value it; but we do not take this as a given. (DIENER, 2009, p.11)*

No livro *Well-being for public policy* (DIENER, 2009) explica-se as razões pelas quais os indicadores subjetivos de bem-estar são necessários e descreve como esses indicadores podem ser úteis, além de fornecer exemplos do uso das medidas de bem-estar subjetivo nas políticas públicas.

*[Subjective well-being indicators] can serve as a separate piece of information about the quality of life that a person or a population experiences. All indicators – including the social indicators described above – have short-comings when it comes to fully capturing quality of life. Subjective well-being can add to the information that is available to guide policy decisions. In the same way that governments collect systematic measures on many aspects of the economy – ranging from employment to savings rates to growth – they should also collect a variety of measures reflecting individuals subjective evaluations of their lives. (DIENER, 2009, p.4)*

Diener investiga as argumentações contrárias ao uso dos indicadores de bemestar subjetivo para fins de política pública e discute por que essas acusações não são legítimas. Seu objetivo é trazer de volta o debate entre as pessoas e na arena da política pública mais atenção ao bem-estar e menos preocupação com a economia e renda. Segundo Diener, a existência de medidas nacionais de bem-estar atrairia mais interesse para as recompensas e problemas das esferas cotidianas da vida e serviria para ampliar o foco das decisões da sociedade.

#### **4.2.2 Economistas da Felicidade**

O britânico Andrew Oswald é professor de Economia na *University of Warwick*. Sua obra encontra-se principalmente na fronteira entre a economia e a ciência comportamental. Oswald pertence a uma área do estudo da felicidade que ficou conhecida como “economia da felicidade”. Seus primeiros trabalhos nesta área foram elaborados nos anos 90, inicialmente propondo maneiras de estimar o nível de satisfação no trabalho através de equações de regressão.

Em seu artigo mais importante, *Happiness and economic performance* (2001), Oswald analisa a questão do aumento da felicidade em momentos de melhoria do desempenho econômico nacional por meio de informações sobre bem-estar nos países ocidentais. Os dados são de quatro tipos: auto-declaração de felicidade, auto-declaração do nível de satisfação com a vida e com o trabalho, além do número de suicídios. Nos países industrializados, o bem-estar parece aumentar quando a renda real nacional cresce. Mas o aumento é tão pequeno que é, por vezes, quase indetectável. O desemprego, no entanto, parece ser uma grande fonte de infelicidade. De tal modo que, o economista sugere que os governos devem rever a questão da redução da taxa de desemprego na economia. Ou seja, em um país que já é rico, a política destinada ao crescimento econômico pode resultar em pouco aumento de bem-estar de sua população (OSWALD, v.107, p.1815).

Os economistas Rafael Di Tella, professor da Harvard Business School, e Robert Macculloch, professor da Universitat Bonn, publicaram juntamente com Andrew Oswald os artigos *Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys*

*of happiness* (2001) e *The macroeconomics of happiness* (2003). Suas pesquisas foram apontadas por Bok (2010, p.5) com uma das quatro mais importantes descobertas do estudo da felicidade para as políticas públicas. Eles afirmam que o crescimento da desigualdade de renda ocorrida nos EUA nos últimos 35 anos não tornou os americanos mais insatisfeitos. Aqui ocorre outra surpresa. Identificou-se que na população com renda abaixo da média nacional não houve alteração na percepção média de felicidade nas últimas décadas. E que na população mais rica houve uma perceptível queda na média de felicidade.

No artigo *Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness* (2001), os autores discutem a ausência na literatura de evidências formais da hipótese de que o bem-estar social é uma função definida a partir da inflação e o desemprego. Embora uma política pública não possa ser definida sem levar em consideração estes dois parâmetros. Suas conclusões foram de que as pessoas as variáveis inflação e desemprego afetam a percepção de bem-estar subjetivo. E, posteriormente, calcularam os custos da inflação em termos de desemprego, medindo o tamanho relativo dos pesos atribuídos a estas variáveis no bem-estar social e as implicações nas políticas públicas. Em *The macroeconomics of happiness* (2003), os economistas fornecem algumas evidências formais para esta perspectiva. A pesquisa usa dados sobre os níveis de bem-estar relatados a partir de uma amostra randômica de cerca de um quarto de milhão de europeus e americanos desde a década de 1970 até a década de 1990. Depois de controlar características pessoais, *dummies* de ano e os efeitos fixos do país, descobriu-se que os dados pode traçar uma função  $W(p, U)$ , tornando-se um "índice de miséria" do tipo linear aditivo (*linearly additive*). E no final examina a estrutura de equações do nível de felicidade entre países e ao longo do tempo.

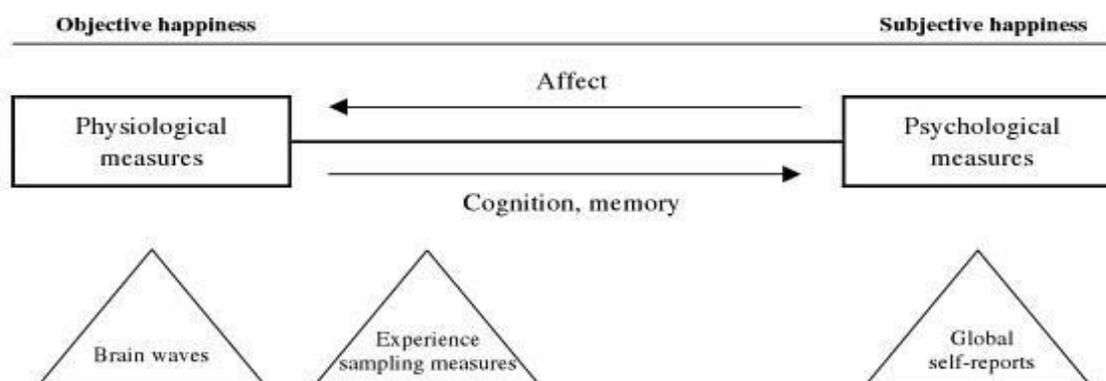
Bruno Frey e Alois Stutzer são economistas suíços e professores da Universidade de Zurique e de Basel, respectivamente, com especialidades nas áreas de economia política, comportamental e da felicidade. Seu livro *Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being* (2010) é o primeiro livro que analisa o estado-da-arte da felicidade sob o ponto de vista da economia, ao discutir os conceitos de utilidade e felicidade, mostrando como as condições microeconômicas e macroeconômicas afetam a felicidade. A linha de pesquisa de Frey e Stutzer é mais

abrangente da seguida por Oswald, Di Tella e MacCulloch, pois utilizam também a economia política e institucional, além do envolvimento maior de outras áreas do conhecimento, como destacam abaixo:

*But our text certainly is not restricted to economics. Rather, one of the main elements integrate insights and empirical results from the other fields involved – in particular, psychology, sociology, and political Science. Happiness research can be considered to be one of the few wxamples of successful interdisciplinary research. (FREY; STUTZER, 2010, p.8)*

Frey e Stutzer seguem uma noção subjetiva de felicidade, entretanto é útil olhar para dois conceitos polares de felicidade: felicidade subjetiva e felicidade objetiva. Em um extremo, há o conceito de felicidade subjetiva, que pode ser captado por pesquisas, seja com a ajuda de uma única pergunta (item único) ou por várias perguntas (multi-item) de auto-relatos globais é possível obter indicações de avaliações individuais sobre sua satisfação com a vida ou a felicidade. Por trás da pontuação indicada por uma pessoa é um processo cognitivo pelo qual ela avalia a felicidade em comparação com outras pessoas, experiências passadas e expectativas de futuro. (2010, p.4)

Diagrama 4 – Conceitos de Felicidade



Fonte: Frey; Stutzer (2010, p.4)

O ponto mais interessante para as políticas públicas é a argumentação e busca dos autores de mostrar empiricamente como a descentralização política e a possibilidade de participação são instituições fundamentais no impacto do bem-estar subjetivo. Para eles, duas das melhores maneiras de aumentar a felicidade geral da população são conceder o máximo possível o direito das unidades políticas de decidir

por si mesmos as políticas governamentais e introduzir amplas possibilidades para os cidadãos declararem seus desejos diretamente no processo político, parece-nos ser uma boa maneira de aumentar a felicidade geral da população. (FREY; STUTZER, 2010, p.4)

Stutzer, em artigo intitulado *The role of income aspirations in individual happiness* (2004) estudou o impacto da renda e do consumo no bem-estar individual. Ele contesta a visão econômica que toma como preceito que maior renda e consumo sempre proporcionam maior utilidade e que a satisfação das pessoas depende do que elas têm em termos absolutos. Stutzer mostra que as pesquisas sobre a felicidade individual descobriram padrões nos relatos de bem-estar subjetivo que estão em desacordo com este ponto de vista. Há evidências sistemáticas de que as pessoas nos países industrializados não estão se tornando mais felizes ao longo do tempo, apesar do crescimento econômico (*apud* BLANCHFLOWER; OSWALD, 2000). No entanto, as pessoas com maior renda relatam níveis de felicidade mais elevados do que os outros. O economista aponta que estas observações podem ser explicadas através da introdução de aspirações de renda em função de utilidade das pessoas, que captura as suas preocupações para a renda familiar, bem como a sua adaptação ao nível de renda anterior (*apud* EASTERLIN, 2001). Embora aspirações de rendimento pareçam desempenhar um papel importante no bem-estar individual que ainda não foi empiricamente analisado de uma maneira direta. Mas já há evidências de que as aspirações por maior renda reduzem a satisfação com a vida, em condições *ceteris paribus*.

#### **4.2.3 Felicidade na Prática das Políticas Públicas**

Os economistas britânicos Richard Layard e Paul Dolan, professores da *London School of Economics and Political Science (LSE)*, lideram um grupo de economistas na Grã-Bretanha que discutem não somente a teoria mas também analisam e experimentam empiricamente o uso da felicidade como elemento orientador das políticas públicas. Layard é renomado pelas suas pesquisas de economia do trabalho e da educação, além de sua importante colaboração na formulação de políticas públicas nestas áreas, como a sua participação no famoso *Robbins Committee on Higher Education*, que promoveu a expansão das universidades britânicas a partir dos anos

1960. Ele é fundador e atualmente diretor do *Centre for Economic Performance* da LSE e de seu programa de pesquisa em bem-estar. Paul Dolan é especialista de renome internacional em felicidade, comportamento e políticas públicas. Leciona no *Department of Social Policy* da LSE e foi fundador do *Centre for Wellbeing in Public Policy* da *University of Sheffield*. Assim como Layard, presta inúmeros trabalhos para o governo britânico no desenvolvimento de políticas públicas com foco na felicidade, sendo, por exemplo, membro do *National Wellbeing Advisory Forum*, ligado ao *Office of National Statistics* e do *Behavioural Insights Team*, ligado ao gabinete oficial do primeiro-ministro britânico.

Layard também é um pioneiro do estudo da felicidade, ao lado de Easterlin, Veenhoven e Diener. Entretanto, devido ao recorte dado por esta dissertação, sua importância na reflexão e aplicação da felicidade nas políticas públicas britânicas, faz-se necessário um enfoque diferente de seu trabalho. Seu artigo de 1980 *Human satisfactions and public policy*, foi um dos primeiros a fazer uma análise sobre a relação da renda sobre a percepção de felicidade das pessoas, inclusive em perspectiva internacional comparada. Seus resultados, através de pesquisas de opinião longitudinais, revelam que não houve aumento nos níveis de auto-avaliação da felicidade nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. E, em perspectiva comparada, os países ricos não mostram ser mais felizes do que os mais pobres - pelo menos entre os países avançados. Tais resultados são contestados anos depois pelos economistas vistos acima.

Contudo, apesar de ter aceitado os resultados das novas pesquisas, Layard manteve alguns dos pontos levantados neste artigo, visto que o crescimento do nível de felicidade apontado por aquelas pesquisas é muito baixo na maioria das variáveis. Os pontos defendidos por Layard até hoje são a comparação social e a adaptação, fenômenos já descritos aqui. Nos seus conhecidos artigos *Happiness: has social science a clue?* (2003) e *Happiness and public policy: a challenge to the profession* (2006), o economista afirma que os questionamentos da população que revolucionaram a economia do trabalho há 40 anos atrás na Grã-Bretanha são semelhantes ao que ele acredita ser uma nova revolução na economia pública. Isso ocorrerá quando os dados

psicológicos sobre a felicidade forem finalmente combinados com as idéias de preferência revelada, melhorando assim a teoria e a prática das políticas públicas.

*I conclude that economics uses exactly the right framework for thinking about public policy. Policy instruments are set so as to maximise the sum of (cardinal) utilities, with additional weight being given to those whose utility is low. What is wrong is the account we use of what makes people happy. Broadly, economics says that utility increases with the opportunities for voluntary exchange. This overlooks the huge importance of involuntary interactions between people – of how others affect our norms, our aspirations, our feelings of what is important, and our experience of whether the world is friendly or threatening (LAYARD, p.425)*

O artigo mais conhecido de Paul Dolan, *Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being* (2008) fornece uma revisão detalhada da literatura crescente da economia da felicidade, a partir da perspectiva dos determinantes do bem-estar subjetivo e seus determinantes. As medidas de bem-estar subjetivo podem ser cada vez mais encontradas em grandes conjuntos de dados, até mesmo de forma longitudinais algumas vezes (DOLAN, 2008, p.94). Tal subsídio está incentivando o interesse dos economistas em utilizá-las como proxies de utilidade. Os indícios revelados nesta pesquisa sugerem que problemas de saúde, separação, desemprego e falta de contato social são todos fortemente associados a um impacto negativo no nível de bem-estar subjetivo. Todavia, a análise destaca uma série de problemas em tirar conclusões firmes sobre as causas do bem-estar subjetivo, inclusive evidências contraditórias, como a preocupação com o impacto sobre os resultados de variáveis potencialmente não observadas e a falta de certeza sobre a direção da causalidade. Para Dolan tais problemas serão resolvidos à medida que a disponibilidade de mais dados em painel de pesquisa aumentarem. Esta avaliação centrou-se sobre os resultados das análises desses grandes conjuntos de dados para ver se quaisquer conclusões claras podem ser alcançadas sobre os determinantes do bem-estar subjetivo.

*For instance, even simple one-item happiness and life satisfaction questions are showing significant differences between those who are employed versus unemployed, single versus living with a partner and so on. However, it is difficult to compare the results across studies. One important source of apparent discrepancy between results arises from the use of different categorisation of variables and choice of reference category. For example, marital status,*

*employment status and education can all be categorised in slightly different ways (e.g. treating married and those cohabiting together or separately) and the choice of reference category can vary (e.g. the employment category may be compared to those employed, those out of the labour market or those employed and selfemployed). Therefore, care is needed in making comparisons between studies. (DOLAN, 2008, p.111)*

#### **4.2.4 Análise Comparativa**

Para poder comparar os diferentes enfoques dos pesquisadores e suas obras sobre felicidade e políticas públicas, toda a análise agrega-se ao final do subcapítulo. A literatura selecionada será analisada a partir do quadro conceitual do modelo triádico de paradigma e experiência, elaborado por Stephen Sterling (2003), a partir de suas dimensões epistemológica (o Sentir), ontológica (o Pensar) e metodológica (o Agir). De forma complementar, o referencial teórico sobre as novas visões de desenvolvimento, a atual perspectiva do pensamento sistêmico nas políticas públicas e a evolução do estudo da felicidade também são insumos analíticos.

Dentro da dimensão epistemológica, como já exposto, o domínio do Sentir é o modo como nós sabemos e como nós vemos, relacionando-se com a forma como nós vemos o mundo, ou seja, fazemos dar sentido a ele e como nossos filtros afetam nossas experiências. Apesar das mais diversas definições de felicidade, como aponta Diener, Oshi e Lucas (2003, p.404), fatores como os sistemas de crença e valores, a afetividade e a criatividade são elementos comuns. Por este ponto de vista, todos os autores estudados exploram estes elementos. Pois a felicidade é vista como a forma que as pessoas avaliam suas vidas tanto no momento presente quanto por períodos mais longos, a partir de suas reações emocionais aos eventos, os seus humores e os julgamentos que formam sobre sua satisfação com a vida, realização e satisfação com inúmeros fatos do cotidiano, como a família e o trabalho.

O estudo dos fenômenos da adaptação hedonista e comparação social podem ser considerados evidências da exploração do domínio do Sentir, independentemente das contendas teóricas e metodológicas sobre sua validade, como a questão do aumento e tempo de duração da percepção de felicidade com o aumento da renda, seja para o indivíduo ou em perspectiva comparada dentro e entre países.

*Because individuals fail to anticipate the extent to which adaptation and social comparison undermine expected utility in the pecuniary domain, they allocate an excessive amount of time to pecuniary goals, and shortchange nonpecuniary ends such as family life and health, reducing their happiness. There is need to devise policies that will yield better-informed individual preferences, and thereby increase individual and societal well-being. (EASTERLIN, 2003, v.100, p.1816)*

Proposições como a de Easterlin (2003, v.100, p.1815) de que a melhor teoria da felicidade baseia-se na evidência de que a adaptação e a comparação social afetam menos o julgamento de utilidade do que o domínio financeiro, e que há uma inferência problemática dos economistas convencionais ao acreditarem que no domínio financeiro "mais é melhor", vêm ao encontro de pensadores e instituições que pensam e formulam políticas de desenvolvimento que levem em consideração a ética (DOWBOR, 2008; KLIKSBURG, 2001; SEN, 1999).

Quando passamos a avaliar de maneira sistêmica os resultados para a sociedade no seu conjunto, podemos ter uma visão inteligente do progresso real obtido. A construção de sistemas mais realistas de avaliação do nosso progresso econômico e social vem corrigir uma deficiência estrutural da ciência econômica. (DOWBOR, 2008, p. 33)

Passando para a análise ontológica, na qual encontra-se o domínio do Pensar, que é a nossa interpretação do mundo, o significado que atribuímos e expressamos através de nossas histórias, conceitos e teorias, iniciamos com a importância do filósofo Jeremy Bentham para a literatura atual de felicidade e políticas públicas. Talvez por predomínio de economistas anglo-saxões, o utilitarismo foi alçado ao posto de ponto de referência filosófico e moral destes pesquisadores. Como visto, Veenhoven (2004) expõe as objeções à teoria moral de Bentham, que a considerava inviável e indesejável. Marginalizando o tema até então enquanto passível de ser orientador das políticas públicas. Contudo, Veenhoven defende que essas objeções não se aplicam e que a felicidade é um critério objetivo útil para as ações governamentais. Os autores apresentados no referencial teórico, tanto nos tópicos sobre desenvolvimento e políticas públicas quanto sobre felicidade, apontaram as dificuldades inerentes de uma ciência recente e de uma natureza tão complexa.

O método, é certo, desperta dúvidas metodológicas legítimas, mas pelo menos oferece uma primeira aproximação do que era até aqui uma verdadeira terra incógnita. Ele tem recebido aprimoramento ao longo do tempo e, mais importante, tem gerado resultados que satisfazem critérios externos de

validação, que são consistentes entre si na experiência de diversos países e que parecem justificar um esforço continuado de análise e investigação. (GIANNETTI, 2002, p.63)

Por fim, a análise metodológica, cujo domínio do Agir é o modo como participamos ativamente do mundo através de nossas capacidades, habilidades, ferramentas, métodos, etc. Ou seja, a forma como interferimos e nos comportamos no mundo e com os outros. Inicia-se a apreciação com o desafio de inquirir se esta literatura padece dos mesmos aspectos que grande parte das escolas do pensamento sistêmico, como apontou Sterling (2013, p.423): a ênfase demasiada na dimensão metodológica; a prevalência de uma única metodologia e; o foco no problema (*problem-centred*), ao invés de metodologias de resolução de problema (*problem-solving methodology*).

O que constata-se a partir do panorama traçado da produção acadêmica de felicidade e políticas públicas é que há um equilíbrio entre as três dimensões, no qual *Ethos* (ética), *Eidos* (teoria) e *Praxis* (técnica) ocupam espaços de igual importância. Em alguns momentos, pode parecer uma matematização excessiva das medidas de bem-estar, mesma crítica usada contra o pensamento de Bentham de maximização da felicidade.

Bentham's dream of Science of happiness attracted much interest at the time and still finds a place in any anthology of political theory. He remains a key figure in the rise of utilitarianism with its familiar tools of policy-making such as cost-benefit analysis. Yet his hope of reducing policy-making to a process of mathematical calculation soon came to naught. Neither he nor his supporters could explain how to measure the intensity and duration of pleasures and pains let alone how to aggregate the myriad sensations experienced by millions of citizens in order to determine the net effect of legislative proposals. As a result, his felicific calculus remained for many decades a subject suitable only for abstract discussions by political scientists and philosophers and their students (BOK, 2010, p.5)

De tal modo que, a diferença para o contexto científico atual é que estamos munidos tanto de fontes de dados volumosas e abrangentes quanto de grande poder de ferramentas estatísticas. A interdisciplinaridade formada por ciências que avançaram a fronteiras de importantes paradigmas, como a genética e a neurociência, faz as pesquisas sobre felicidade atingirem patamares elevados de credibilidade. Assim, o que Aristóteles e Bentham, importantes pensadores do empirismo, investigavam observando a Natureza de forma primitiva, hoje um economista como Easterlin (2003) pode contestar

a visão sobre os efeitos de determinantes da felicidade, como casamento e problemas de saúde, como variáveis exclusivamente genética ou da personalidade.

A prática das pesquisas não fica somente no âmbito acadêmico. Seus resultados são quase que necessariamente testados na prática das políticas públicas. Como vimos a participação de Richard Layard e Paul Dolan para inúmeras políticas públicas implantadas pelo governo britânico, além do trabalho de Ruut Veenhoven sendo referência para ações das Organização das Nações Unidas que adotam avaliações de bem-estar em abordagens holísticas de desenvolvimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crie toda a felicidade que puder criar: elimine todo o sofrimento que puder eliminar. Todos os dias você pode aumentar o prazer dos outros, ou minorar-lhes o sofrimento. E para cada grão de contentamento que semear no coração de alguém você terá uma colheita em seu próprio coração; e cada tristeza que arrancar dos pensamentos e sentimentos de um semelhante será substituída por beleza, paz e alegria no refúgio de sua alma. (Jeremy Bentham)

A primeira consideração a ser realizada é contextualizar os elementos mais importantes da pesquisa bibliográfica. A partir das duas buscas efetuadas, uma através do Portal de Periódicos da Capes e a outra através do Google Acadêmico, o primeiro resultado revelador é a baixa proporção de publicações que tratam sobre felicidade e políticas públicas. Visto que a busca pelo assunto *happiness* contabilizou 231.953 publicações, as duas buscas que nortearam esta dissertação, *happiness* AND “*public policy*” e “*subjective well-being*” AND “*public policy*”, totalizaram 7.413 e 808 publicações, respectivamente. Apenas 3,5% da produção acadêmica gerada sobre o tema felicidade. Mas esta informação não significa desinteresse ou fraqueza do recorte das políticas públicas. Ao contrário, inserindo-se esta constatação ao painel geral de características levantadas descobre-se que o crescimento da produção acadêmica é vertiginoso nas três buscas realizadas. Somente na última década o número de publicações chega a 116.600 para o assunto Felicidade, 5.406 para o assunto Felicidade de Políticas Públicas e 541 para Bem-estar Subjetivo e Políticas Públicas. E a explicação para a baixa proporção de publicações de nosso recorte é a natureza interdisciplinar do tema, cuja pulverização de temas aponta o estudo da felicidade perpassando as mais variadas áreas do conhecimento científico.

A interdisciplinaridade também pode ser notada ao analisar os periódicos e os pesquisadores mais produtivos. Além da marca intencional e objetivo do próprio debate nas obras apresentadas no capítulo anterior. No recorte das políticas públicas, a economia e a psicologia lideram os estudos desenvolvidos, enriquecidos principalmente

pela filosofia e a sociologia. Por exemplo, o grupo denominado aqui de pioneiros é composto por um economista (Easterlin), um sociólogo (Veenhoven) e um psicólogo (Diener).

O domínio anglo-saxão é enorme sob a produção acadêmica como indica os levantamentos a respeito da proporção de publicações em língua inglesa e das classificações de pesquisadores mais produtivos e obras mais citadas. Vale destacar daí, a presença de renomados cientistas e a existência de centros de pesquisa que se dedicam ao estudo acadêmico da felicidade nas políticas públicas.

O segundo ponto a ser tratado é uma visão geral do caminho que a literatura apresentada trilha a partir de uma perspectiva sistêmica de políticas públicas. Como colocado no capítulo anterior, o empirismo possui forte influência filosófica sob os pesquisadores, principalmente devido o predomínio dos economistas no recorte das políticas públicas. Portanto, ao analisarmos a forma de ver e sentir o mundo destes pesquisadores, torna-se obrigatório tomar como referência autores como Aristóteles e Bentham.

Aristóteles (1985, p.1324-1325) ao definir que a felicidade, sendo oriunda da amizade (*philia*), não se restringe ao indivíduo, mas que abrange toda a sociedade, e que a participação do cidadão na organização do governo é um elemento fundamental na busca de um bem comum, pode-se fazer um paralelo com os estudos das determinantes do bem-estar subjetivo levantados pelas pesquisas, como o alto impacto averiguado da família, dos amigos e da vitalidade comunitária. Portanto, é antigo a exploração da dimensão epistemológica do Sentir no estudo da felicidade. E continua sendo desenvolvido pelos pesquisadores contemporâneos.

Apesar do embate sobre como chegamos a verdades universais ter gerado uma cisão na filosofia moderna entre racionalistas, que defendiam o conhecimento inato (por exemplo, Descartes, Leibniz e Kant), e os empiristas, que acreditavam que o conhecimento tem origem na experiência (por exemplo, Berkeley, Locke e Hume), havia uma ideia comum. Esta ideia é a de que o desenvolvimento da sociedade aconteceria através do domínio da natureza, da perfectibilidade humana e um governo racional, ou seja, “a existência de uma espécie de harmonia preestabelecida entre o progresso da civilização e o aumento da felicidade” (GIANNETTI, 2002, p.22-23).

Neste ponto, a discussão de como interpretamos racionalmente (Pensar) o mundo que vemos (Sentir) observa-se um rico transitar entre as dimensões epistemológicas e ontológicas na atual produção acadêmica de felicidade e políticas públicas. Mas antes deve-se levar em consideração o que talvez possa ser um efeito colateral negativo do empirismo. A abordagem empírica de análise da Natureza, visto que a realidade das coisas é inerente ao mundo cotidiano, foi levado a matematização exagerada por Bentham em alguns pontos e desprovida de ética pela economia, tanto pela literatura acadêmica predominante quanto pela dinâmica do sistema econômico capitalista (DOWBOR, 2008; KLIKSBORG, 2001; SEN, 1999). Este fenômeno causou no mundo contemporâneo o enfraquecimento e a orientação ideológica de felicidade para o consumo. De tal modo que, a visão holística de bem-estar do indivíduo e da sociedade perdeu o equilíbrio entre os domínios do Sentir, do Pensar e do Agir.

Desenvolvimento devia ser entendido como um processo que busca maximizar a Felicidade, em vez do crescimento econômico... reconhece que o indivíduo tem necessidades, materiais, espirituais e emocionais. (The Centre for Bhutan Studies, 2007).

Por isso, Giannetti (2002, p.54-55) identifica a partir do século XVIII duas tendências filosóficas, a *tese da incompletude* e a *tese da permuta civilizatória* que explicam o fracasso do pensamento iluminista. Chama esta cisão de *bifurcação pós-iluminista*. Os problemas éticos e sociais causados pelos excessos de pensadores modernos e a distorção de seus pensamentos pela ciência econômica e pelo sistema econômico capitalista são revistos pelos teóricos das novas visões de desenvolvimento e de políticas públicas em perspectivas sistêmicas, como os autores apresentados aqui. No caso específico de Bentham, Derek Bok examina o avanço que os estudos das medidas e determinantes da felicidade podem impactar para a integração das dimensões epistemológicas, ontológicas e metodológicas.

After 35 years of intensive research, what have investigators discovered that adds significantly to the teachings of that Champion of happiness, Jeremy Bentham? Essentially, researchers have succeeded in doing what Bentham could not accomplish: to devise a way of measuring how happy people are and how much pleasure or pain they derive from the ordinary events and conditions of their lives. As a result, investigators are often able to reach conclusions that can help lawmakers decide which legislative programs are most likely to improve the wellbeing of the citizens.

De tal modo que, vislumbra-se a produção acadêmica atual sobre o uso da felicidade como elemento das políticas públicas uma possibilidade real. A essência, como apontado por Diener (2009, p.4), não é tornar a felicidade necessariamente um guia, mas sim propor que um bom governo requer informações sobre bem-estar para ajudar a formular e avaliar as políticas públicas. Pois, mesmo quando medidas de bem-estar subjetivo revelar problemas na sociedade ou na organização, as próprias medidas não fornecerão soluções específicas ou agendas políticas. Em vez disso, as medidas podem ajudar a resolver quebra-cabeças de longa data sobre a importância relativa dos vários fatores que tornam a vida mais ou menos gratificante. Ao fazê-lo, eles podem esclarecer os efeitos das decisões políticas do passado e ajudar a prever os resultados prováveis de várias alternativas políticas que possam ser postas em prática no futuro.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: UFC, 2007

ANDREWS, S. **A ciência de ser feliz**. São Paulo: Agora, 2011.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

BOK, D. **The Politics of Happiness: what government can learn from the new research on well-being**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

CAPANO, G. **Understanding policy change as an epistemological and theoretical problem**. Journal of Comparative Policy Analysis, v. 11, n. 1, p. 7-31, 2009.

CKAGNAZAROFF, I. B. & MOTA, N. R. **Considerações sobre a relação entre descentralização e intersectorialidade como estratégias de modernização de prefeitura municipais**. Revista Economia e Gestão, Belo Horizonte, série E & G, v.3, n.6, dez. 2003: 23-41.

COMMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS et al. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. 2009.

DESCARTES, R. **Discurso sobre o Método**. São Paulo, Editora Abril: 1996.

DIENER, E., OISHI, S., LUCAS, R. E. (2003). **Personality, culture, and subjective wellbeing: Emotional and cognitive evaluations of life**. Annual Review of Psychology, 2003, 54, 403-425.

DOWBOR, L. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FGV. **Relatório ICJ 2012 4º trimestre**. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10754/Relatorio\\_ICJBrasil\\_4TRI\\_2012.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10754/Relatorio_ICJBrasil_4TRI_2012.pdf?sequence=1)>

FISCHER, F. **Beyond empiricism: policy inquiry in post positivist perspective**. Policy Studies Journal, v. 26, n. 1, p. 129-146, 1998.

GIANNETTI, E. **Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Felicidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRIFFITHS, S. & REEVES, R. **Well-being: how to lead the good life and what government should do to help**. London: The Social Market Foundation, 2009.

GUEDES, V. L. S. & BORSCHIVER, S. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. Proceedings CINFORM – VI Encontro Nacional de Ciência da Informação, Salvador, BA, Brasil. 2005

HELLIWELL, J. F. **Well-being, social capital and public policy: what's new?** IAPR Technical Paper Series, 2005.

HOWLETT, M. & RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. Oxford: Oxfors University Press, 1995. Parte 1, Capítulo 1.

HOWLETT, M. & RAMESH, M. **Policy Subsystem Configurations and Policy Change: Operationalizing the Postpositivist Analysis of the Politics of the Policy Process**. Policy Studies Journal. 1998, 466-481.

INOJOSA, R. M. **Intersectorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, vol. 32, n.02, p.35-48, mar/abr. 1998.

JUNQUEIRA, L. A. P. & INOJOSA, R. M. & KOMATSU, S. **Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**. XI Concurso de Ensayos Del CLAD “El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”. Caracas, 1997.

KEYNES, J. M. **The economic possibilities for our grandchildren**, In Essays in Persuasion, The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol IX, London: Macmillan for the Royal Economic Society, 1971, p. 329

KINGDON, J. W. **How do issues get on public agenda?** In: WILSON, Willian. Sociology of the Public Agenda. London: Sage, 1993.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LAYARD, R. **Felicidade: lições de uma nova ciência**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.

LOUREIRO, M. R. & OLIVIERI, C. & MARTES, A. C. B. **Burocrata, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil**. In: LOUREIRO, M.R. & ABRUCIO, F. L. & PACHECO, R. S. (org.) Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LUNA, R.B. **Integração Horizontal de Ações Governamentais**. Dissertação de mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2007.

LYUBOMIRSKY, S. **A ciência da felicidade: um método científico para alcançar a vida que você deseja**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. 5.ed. rev. .ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, H. F. **Fragmentação e Intersectorialidade: em busca de uma agenda de integração**. In *Gestão Pública no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FUNDAP: Casa Civil, 2005.

MARTINS, H. F. **Burocracia e a revolução gerencial - a persistência da dicotomia entre política e administração**. *Revista do Serviço Público*, ano 48, n 1; 1997.

MEEKRUDI, J. W. **Complexity theory for public administration and policy**. Emergent, 2010.

ONU. **Happiness: towards a holistic approach to development**. Assembleia Geral: 25 August 2011

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. Nova York: Simon and Sshuster, 2000.

RODRIGUES, F. **Pesquisas de Opinião**. UOL, São Paulo, 19 de julho de 2013. Disponível em:< <http://noticias.uol.com.br/politica/pesquisas/>>. Acesso em 19/07/2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SELIGMAN, M.E.P; CSIKSZENTMIHALUI, M. (2000). **Positive Psychology: an introduction**. *American Psychologist*, 2000, v. 55, p. 5-14

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.  
\_\_\_\_\_. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo. Companhia das Letras. 1999.

STERLING, S. **Whole Systems Thinking as a basis for paradigm change in education: Explorations in the context of sustainability**. Tese de Doutorado. University of Bath, 2003.

STEWART, J. & AYRES, R. **Systems theory and policy practice: An exploration**. *Policy Sciences*, v. 34, n. 1, p. 79-94, 2001.

SOUZA, C. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto.; ARRETCHE, M. e MARQUES, Eduardo (org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

The Centre for Bhutan Studies. **Rethinking Development: Proceedings of Second International Conference on Gross**. Butão: 2007.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas: Papyrus, 2002.

VEENHOVEN, R. **Well-being in the Welfare State: level not higher, distribution not more equitable**. *Journal of Comparative Policy Analysis*, 2000, vol 2, pp 91-125

WORTHEN, B. R. & SANDERS, J.R. & FITZPATRICK, J.L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Editora Gente, 2004.